

## SUMÁRIO

BRINCAR É PRECISO.....	2
DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	9
DOENÇA DA CONTEMPORANEIDADE: DEPRESSÃO INFANTIL .....	21
EDUCAÇÃO MULTI/BILÍNGUE E ENSINO DE LÍNGUAS* .....	31
INSERINDO A LEITURA E A ESCRITA NO MUNDO DA CRIANÇA.....	39
JOGOS E BRINCADEIRAS PARA APRENDER MATEMÁTICA.....	53
A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DE UMA COOPERATIVA PARA OS PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO SÃO LOURENÇO – MT .....	60
O FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA OBTENÇÃO DE RESULTADOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS DE DOM AQUINO – MT.....	80

## BRINCAR É PRECISO

Débora Luciana Marrafon<sup>1</sup>  
Patrícia Arruda Da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO:

Embora o brincar sempre tenha feito parte do cotidiano infantil, nem sempre foi dada a devida importância. Mesmo sabendo que a presença das atividades lúdicas vem desde os tempos primitivos, encontramos várias dificuldades de trabalhar em sala de aula. Entendemos a brincadeira como expressão, representação, significação e interpretação da cultura. O brincar é encontrado nos diferentes períodos históricos. Constitui-se pela interação de vários fatores presentes em determinados contextos históricos e são transformados continuamente pela própria ação dos indivíduos e por suas culturas. Com a brincadeira constrói-se conhecimento, apropria-se da cultura e tradições. É um momento de interpretação e comunicação que possibilita a construção de conceitos de várias Áreas do conhecimento. Diante dessas informações, este artigo objetiva destacar a contribuição do brincar como recurso pedagógico, abordando a brincadeira como instrumento facilitador da aprendizagem, e que através do mesmo cria-se formas prazerosas, na qual as crianças interagem com o mundo e fazem suas próprias descobertas.

**PALAVRAS-CHAVE:** brincar; interação e infância.

### INTRODUÇÃO

O mundo de hoje, tão globalizado e tecnológico, permite a interação do ser humano com diversas culturas de diferentes regiões geográficas permitindo às mesmas o conhecimento de diferentes formas de viver, entretanto, o contato entre elas tem se mantido no Âmbito virtual o que faz com que muitas tenham se esquecido do brincar.

Os jogos eletrônicos, tão em moda, fazem parte do cotidiano da maioria das crianças atualmente. Esses jogos fazem com que as mesmas passem muito tempo sentadas diante de telas de computadores ou televisões, impossibilitando-as de se exercitarem adequadamente.

As brincadeiras como amarelinha, salva bandeirinha, esconde esconde e outras, estão fora de moda. Mesmo em cidades pequenas, onde o trânsito e a

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE; Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Afirmativo; Mestranda em Psicanálise e Educação pelo Instituto Superior de Educação e Teologia- INSET

violência são menores, não se encontra crianças brincando, correndo, pulando nas ruas perto de suas casas, exercitando corpo e mente em sincronia.

O brincar possibilita o desenvolvimento integral do ser humano. Ao brincar a criança exercita o corpo físico, o imaginário, a comunicação com outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Essa interação possibilita a construção de sua personalidade, permitindo é mesma a ampliação de suas potencialidades enquanto sujeito social.

As brincadeiras de quando éramos crianças deveriam ser resgatadas e incentivadas as crianças de hoje, pois através do brincar desenvolve-se a coordenação motora e a interação com os outros e conseqüentemente o aprender. O espaço escolar é um ambiente extremamente propício a esse incentivo, pois as crianças já convivem com diferentes personalidades, habilidades e comportamentos o que amplia a capacidade de cada um de vivenciar essas diferenças na prática.

O brincar é imprescindível às crianças e deveria fazer parte do dia a dia das mesmas, portanto, deve-se buscar alternativas para fazer com que isso seja uma realidade, deve-se apresentar e estimular essas atividades e, a escola pode e deve contribuir para que essas atividades façam parte do cotidiano das mesmas.

## **O BRINCAR É COISA SÉRIA**

De acordo com o dicionário Aurélio (2003), brincar é "divertir-se, recrear-se, entreter-se, distrair-se, folgar", também pode ser "entreter-se com jogos infantis", ou seja, brincar é que faz parte do cotidiano de quase todas as pessoas, ou pelo menos deveria fazer.

O brincar para a criança é viver e também uma forma prazerosa para ela movimentar-se e estabelecer contato com o mundo ao seu redor. Ao brincar a criança resolve conflitos e estimula seu corpo e mente, possibilitando a mesma ser independente e autônoma.

Para Oliveira (2000), o brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida. Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a

atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de Áreas da personalidade com afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

A história da humanidade nos diz que as crianças do mundo sempre brincaram, além do prazer que a brincadeira proporciona, também é importante destacar sua contribuição para o processo de ensino e aprendizagem.

Desde os primórdios da sociedade já se utilizava do brinquedo na educação, baseando-se nos ideais dos filósofos Aristóteles e Platão que associava o estudo ao prazer. Segundo (Vial, 1981 apud Wajskop, 2005) “Na antiguidade, utilizavam-se dados, assim como doces e guloseimas em forma de letras e números, para o ensino das crianças”.

A partir do século XVI com os trabalhos de Comenius(1593), Rousseau (1712) e Pestalozzi (1746) nasce um novo “sentimento de infância”, que não visava apenas a perpetuação de uma criança como adulto em miniatura, mas um ser que possui características próprias e por isso necessita de um olhar diferenciado.

De acordo com essa nova visão de infância a educação prioriza o desenvolvimento dos sentidos fazendo uso de brinquedos possibilitando que a criança crie e recrie sua percepção de mundo.

Associados a essas discussões é importante citar a influência dos pedagogos Frobel (1782- 1852), Montessori (1870-1909) e Decroly (1871-1932) que sob a influência do pensamento e da filosofia da sua época elaboraram pesquisas a respeito da criança e seu desenvolvimento, rompendo com a educação verbal e tradicionalista de sua época.

Frobel, Montessori e Decroly contribuíram, e muito, para a superação de uma concepção tradicionalista de ensino, inaugurando um período Histórico onde as crianças passaram a ser respeitadas e compreendidas enquanto seres ativos. (WAJSKOP, 2005, p.22).

Já no final do século XIX, o psicólogo e filósofo francês, Henry Wallon, o biólogo suíço Jean Piaget e o psicólogo Bielo russo Lev Vygotski realizaram diversas pesquisas na tentativa de entender a relação entre as crianças e o mundo e perceberam que as mesmas comunicam-se através da brincadeira, pois é a maneira pela qual se expressam e tentam se fazer entender.

É importante dizer que Vigotski ressaltou dois aspectos muito importantes no brincar: o desenvolvimento do imaginário e as regras. O imaginário pode ser

desenvolvido de maneira subjetiva de acordo com o interesse de cada um nesta ou naquela atividade. As regras podem ou não serem explícitas, porém, o respeito as mesmas precedem o respeito a todo e qualquer limite futuro.

Essas afirmações precederam o que hoje muitos estudiosos como Wajskop, Friedman, KISHIMOTO, entre outros defendem: a importância da brincadeira para o desenvolvimento cognitivo da criança e o professor como mediador nesse processo de desenvolvimento.

Brincar é a linguagem predominante que as crianças usam para se expressarem e interagirem com o outro. Quando o educador incentiva essa linguagem ele auxilia a turma a adquirirem novas habilidades para desenvolverem a imaginação e autonomia.

A brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre os pares em uma situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos. (WAJSKOP, 1995, p.35).

A maioria das vezes as crianças brincam sem ter nada nas mãos. Brincadeiras como pega-pega, ciranda e outras, acontecem apenas com as crianças interagindo de mãos vazias, porém sua importância para o desenvolvimento é o mesmo.

Entretanto o brinquedo é de fundamental importância também. Muitas vezes um pedaço de madeira é o suficiente para se tornar um cavalo, uma espada ou qualquer outro brinquedo. É a imaginação se fazendo presente e ampliando a capacidade de criação e recriação do mundo.

Também é importante dizer que nem sempre um brinquedo ou qualquer outro material sólido, sozinho, é o suficiente para que os pequenos, por conta própria, usem a imaginação e construa situações lúdicas capazes de estimularem seu desenvolvimento. É essencial que o educador incentive a participação de cada um nesses momentos de descontração e aprendizado oferecendo materiais artesanais ou industrializados e também momentos em que os próprios alunos construam seus próprios brinquedos.

## **O brinquedo**

Pode-se dizer que o brinquedo é uma espécie de fator de comunicação, pois ao utilizar um determinado brinquedo ou material, as crianças comunicam-se entre si e com o que está a sua volta.

O brinquedo pode ser qualquer objeto voltado única e essencialmente ao lazer. Na Pedagogia, entretanto, ele pode ser qualquer objeto que a criança use no ato de brincar. A maioria desses objetos permite que as crianças divirtam-se enquanto descobrem e ampliam todo seu potencial.

Simboliza, portanto, uma intervenção deliberada no lazer infantil no sentido de oferecer conteúdo pedagógico ao entretenimento da criança. Trata-se, enfim, de imprimir a situação de brinquedo, vista como algo gratuito e sem finalidade imediata, um determinado tipo de aprendizado, que o brinquedo educativo traz intrinsecamente (OLIVEIRA, 1989, p. 44)

Muitas vezes o ser humano esquece-se de diferenciar a criança do adulto o que faz com que a mesma seja vista e tratada de maneira similar. O brinquedo e o brincar passam, então, a terem papel decisivo na relação criança e mundo. A vida social desta passa a depender quase que integralmente dessas atividades.

O uso de material sólido ou não, pode diferenciar as brincadeiras, mas não altera em nada a importância das mesmas no que se refere ao processo de desenvolvimento da criança. Ao brincar toda a carga emocional vem à tona fazendo com que os pequenos trabalhem suas frustrações, anseios, sonhos e sentimentos afins.

Assim podemos compreender que o brinquedo tem papel fundamental para a construção do mundo real de cada criança, e assim sendo tem grandes possibilidades de auxiliar o professor na tarefa de ensinar, agindo e interagindo com o objetivo de conhecimento da criança.

O brinquedo se insere na brincadeira através de uma apropriação, ou seja, deixa-se envolver pela cultura lúdica disponível, usando práticas de brincadeiras anteriores. Tal cultura lúdica não é só composta de estruturas de brincadeiras, de manipulações em potencial que podem ser atualizadas. Ela é também simbólica, suporte de representações. A brincadeira é, igualmente, imaginação, relatos, histórias. O próprio brinquedo serve de suporte para representações, para as histórias, sejam elas específicas ou retiradas de outros suportes (livros, filmes, desenhos animados). (BROUGÈRE, 1995, p.51)

Dessa forma, devemos manter a continuidade das brincadeiras e dos brinquedos na prática educativa, porém fazer o cuidado de refletir sobre nossa ação enquanto educadores, sendo capazes de aliar a teoria à prática, de forma que as duas se fundam numa só e possibilitem ao aluno uma aprendizagem significativa e verdadeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar é, portanto, a forma mais intensa e eficaz que a criança tem de se comunicar com o mundo. Para ela, não é apenas lazer, mas, antes de tudo, interação com o que está a sua volta e consigo mesma.

É necessário que a criança tenha um ambiente propício a essa atividade tanto em seu meio familiar quanto escolar, pois é através dessas atividades que a mesma desenvolverá sua capacidade de vivenciar mudanças em seu meio e em si mesma. É através das brincadeiras que a criança toma consciência de suas necessidades, bem como as necessidades dos demais com quem convive. É o partilhar, o imaginar e o vivenciar situações e conflitos. É a ampliação de seus conceitos sobre tudo o que faz parte de seu cotidiano.

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. (BRASIL, 1998, p.27).

Brincando, muitas vezes, aprende o que mais ninguém pode lhe ensinar. Conhece o mundo e a si mesma. Compreende o papel dos adultos em sua vida. Apreende valores morais e culturais, assimilando o mundo no qual está inserida e o mais importante, prepara-se para a vida, aprendendo, desde a mais tenra idade a ser um ser social.

## REFERÊNCIAS

BROUGÉRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo, Cortez, 1995.

Kishimoto, Tezuka Morchida. **Jogos, brinquedos, brincadeira e educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e Infância**: um guia para pais e educadores em creche. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.



## DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Luciana De Sousa Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como proposta trazer temas questionadores e atualizados com relação à Deficiência Auditiva. No passado, costumava-se achar que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit de inteligência. Entretanto, com a inclusão dos surdos no processo educativo, compreendeu-se que eles, em sua maioria, não tinham a possibilidade de desenvolver a inteligência em virtude dos poucos estímulos que recebiam e que isto era devido à dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes. Porém, o desenvolvimento do diverso língua de sinais e o trabalho de ensino das línguas orais permitiu aos surdos os meios de desenvolvimento de sua inteligência. Através deste poderão ser sanadas dúvidas em relação à Deficiência Auditiva, porém será dada maior ênfase às questões envolvidas nos aspectos educacionais das pessoas com essa deficiência. Serão expostas formas para esclarecer dúvidas e dificuldades encontradas pelos educadores ao lidar com estudantes com essa deficiência e também sugestões de como identificar, nesse caso, a Deficiência Auditiva, mostrando meios aos familiares de como proceder em prol de benefícios, porque falar sobre educação inclusiva é muito fácil, em contrapartida incluir que o primordial, transmitir aos educadores e a sociedade em geral não estão realmente preparados para receber esses estudantes em seu ambiente profissional, educacional e até mesmo social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência Auditiva, Inclusão, LIBRAS, Estudo de Caso; Práticas com Estudantes com Deficiências Auditivas.

### INTRODUÇÃO

Deficiência Auditiva é o nome usado para identificar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons, ou seja, qualquer problema relacionado à audição, que ocorra em alguma parte do ouvido. Muitas pessoas creditam que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a Língua Portuguesa feita com as mãos, na qual os sinais substituem as palavras desta língua. A Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos das pessoas com deficiência adota o paradigma da total inclusão educacional, pois, para tal documento é educação se dê apenas em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Não é o fim do ensino especializado, mas é o fim do ensino

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e FIC –Faculdade Integradas de Cuiabá em Tecnologia de Processamento de Dados Tecnólogo e pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Anhanguera de Rondonópolis.

totalmente segregado, colocando os estudantes com deficiência no ensino regular, garantindo sua permanência. Outras pensam que ela é uma linguagem como a linguagem das abelhas ou corpo, como a mímica. Muitas pensam, ainda, que ela é somente um conjunto de gestos que interpretam as línguas orais, entre as pessoas que acreditam que LIBRAS é realmente uma língua, há algumas que pensam que ela é limitada e expressa apenas informações concretas, e que não é capaz de transmitir ideias abstratas.

São inúmeras as formas de identificação de uma criança com deficiência auditiva, cada uma delas de acordo com a idade de cada indivíduo.

Para que aconteça uma boa inclusão é necessário que haja uma cumplicidade entre indivíduo e a sociedade. É também preciso que sociedade em geral esteja em constante atualização, reconhecendo as necessidades de desenvolver métodos de conversação com o deficiente, de acordo com seu grau de entendimento, seja ele qual for sua deficiência temos obrigação de incluir.

Porém, apesar das muitas tentativas da sociedade, dos políticos, das leis em respeito do esclarecimento das necessidades do deficiente auditivo, na maioria das vezes ainda deparamos com estudantes que não se beneficia com o Atendimento Educacional Especializado o (A.E. E), que funciona em salas de recursos em turno inverso ao da sala comum regular, nessa sala o estudante irá desenvolver suas habilidades com auxílio de profissionais da saúde e professores especializados, pois em alguns caso esse atendimento é feito somente com o professor.

Ao receber este estudante com Deficiência Auditiva, o educador provavelmente sentirá inseguro e com muitas dúvidas, o recomendável para que essas interrogações desapareçam que se procurem informações sobre este estudante fazendo um anamnese em seu ambiente familiar, com outros setores da instituição escolar que está inserido, fazendo uma prévia preparação na recepção desde estudante. Envolvendo este estudante em tudo proposto pela turma, usufruindo o auxílio é Deficiência Auditiva, foi criada a Língua Brasileira de Sinais, (LIBRAS), que se constitui em uma junção de gestos para expressar certa ideia. A Língua Brasileira de Sinais, É uma língua de modalidade gestual visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelo ouvido.

Aprender libras É integração social por parte de educadores e estudantes.

## **PATOLOGIAS DO OUVIDO**

A deficiência auditiva pode ser classificada como: deficiência de transmissão – quando o problema se localiza no ouvido externo ou no ouvido médio; deficiência mista – quando o problema se localiza no ouvido médio. E deficiência interna ou sensorineural – quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo.

As principais patologias do ouvido humano são: as ligadas ó membrana timpânica, a deficiência de transmissão sonora no sistema tímpano-ossicular, a rigidez nos ligamentos de suporte ossicular, a timpanoesclerose, a fixação do martelo, a ausência no reflexo estapediano, a paralisia do nervo do músculo estribo, a complacência da membrana timpânica ou a sua rigidez, a lesão retrocloclear e a surdez psicogênica que É um dos distúrbios psicogênicos. A impedância acústica do ouvido médio É um tipo comum de patologia. Pode ser definida como a resistência que a mesma oferece ó energia sonora que penetra no conduto auditivo externo. E há ainda as patologias ligadas a Trompa de Eustáquio apresentando-se ou muito aberta ou obstruída e causando sintomas como auto fonia e a percepção sonora da respiração pelo indivíduo.

## **A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE AUDITIVO**

“... a questão da inclusão social abre um significado especial no bojo da educação brasileira, com os pressupostos exclusivistas que nos últimos anos estão sendo discutidos por suas características que permeiam a busca de uma sociedade igualitária, nos moldes das reais necessidades de uma clientela, cada vez mais exigente, quanto aos seus direitos e seus potenciais de realizações, que tem por finalidade a busca não apenas se auto gerir, como também colocar o sujeito dentro do contexto escolar regular, e, sobretudo buscar soluções, com a participação de todos em busca de uma educação com qualidade”(Inácio, Wederson Honorato)

A afeição, a emoção, o carinho e a amizade entre o professor e a criança com surdez são componentes essenciais e fundamentais nas atividades de conversação e diálogo, isto É, na interação. A comunicação visual É essencial, tanto para o aprendizado da língua portuguesa oral quanto para a aquisição da linguagem

de sinais. Para o desenvolvimento da comunicação visual ou auditiva do estudante, É necessário que o professor desenvolva:

- O uso do olhar para a pessoa que está falando;
- O uso do apontar para o objeto somente depois de ter falado, ou seja, o estudante olha primeiro para quem transmite a fala em seguida para o objeto;
- O uso dos turnos da conversação, ou seja, esperar a própria vez de interagir, proporcionando um bom entendimento transmitido dentre outros exemplos.

## **INFORMAÇÕES TÉCNICAS - LIBRAS**

**1 – A LIBRAS** (Língua Brasileira de Sinais) tem sua origem na Língua de Sinais Francesa. Às Línguas de Sinais não são universais. Cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional.

Como qualquer outra língua, ela também possui expressões que diferem de região para região (os regionalismos), o que a legitima ainda mais como língua.

**2- Sinais** – Os sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos. Nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros que formarão os sinais:

**2.1 – Configuração das mãos:** São formas das mãos que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para o destro ou esquerdo para o canhoto), ou pelas duas mãos. Os sinais desculpar, evitar e idade, por exemplo, possuem a mesma configuração de mão ( com a letra y ). A diferença É que cada uma É produzida em um ponto diferente no corpo.

**2.2 Pontos de articulação:** É o lugar onde incide a mão predominante configurada, ou seja, local onde É feito o sinal, podendo tocar algumas partes do corpo ou estar em espaço neutro.

**2.3 Movimentos:** Os sinais podem ter um movimento ou não. Por exemplo, os sinais pensar e em pé não têm movimento; já os sinais evitar e trabalhar possui movimento.

**2.4 Expressões faciais/ corporais:** As expressões faciais corporais são de fundamental importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em Língua de Sinais É feita pela expressão facial.

**2.5 Orientação/Direção:** Os sinais têm uma direção com relação aos parâmetros acima. Assim, os verbos ir, e vir se opõem em relação à direcionalidade.

### **3. Convenções da LIBRAS**

**3.1 A grafia:** os sinais em LIBRAS, para simplificação, serão representados na Língua Portuguesa em letra maiúscula. Exemplo: CASA, INSTRUTOR.

**3.2 A datilologia ( alfabeto manual):** usada para expressar nomes de pessoas, lugares e outras palavras que não possuem sinal, estará representada pelas palavras separadas por hífen. Exemplo: M-A-R-I-A, H-I-P-”-T-E-S-E.

**3.3 Os verbos:** serão apresentados no infinitivo. Todas as concordâncias e conjugações são feitas no espaço.

**3.4 As frases:** obedecerão à estrutura da LIBRAS, e não é do Português.

**3.5 Os pronomes pessoais:** serão representados pelo sistema de apontamento. Apontar em LIBRAS É culturalmente e gramaticalmente aceito.

Para conversar em LIBRAS não basta apenas conhecer sinais de forma solta, É necessário conhecer a estrutura gramatical, combinando em frases.

## **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) É a língua gestual usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. É derivado tanto de uma língua de sinais autóctone quanto da língua gestual francesa; por isso, É semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A LIBRAS não É a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua é parte, como comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferentes, a língua gestual portuguesa (LGP).

A Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa, as línguas de sinais não são universais, cada país desenvolver a sua linguagem própria.

Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria.

O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436/02, definiu formas institucionais para o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à educação. O decreto trata ainda da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia, da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras, da formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, da gramática do direito à educação e saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do poder público e das empresas no apoio ao uso e difusão da Libras.

Assim como as diversas línguas naturais e humanas existentes, ela é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que as línguas orais auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem, itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber, visual espacial, ou cinético visual, para outros. Como qualquer língua também existem diferenças regionais, portanto deve ter atenção às variações praticadas em cada unidade da Federação.

## **L S É ABREVIÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS**

A difusão do alfabeto datilológico de uma só mão entre os ouvintes gerou a pressuposição de que esse alfabeto é a própria língua de sinais, que há única língua de sinais e que essa língua é universal. No entanto, o alfabeto datilológico é apenas um suplemento das línguas de sinais, cuja função é a soletração de palavras das línguas orais, tais, nomes próprios, siglas, empréstimos, etc.

De acordo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o alfabeto datilológico usado atualmente no Brasil é um conjunto de 27 formatos, ou configurações diferentes de uma das mãos, cada configuração correspondendo a uma letra do alfabeto do português escrito o '.

## **CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DAS LÍNGUAS DE SINAIS**

Kyle e Woll apontam algumas propriedades exclusivas das línguas de sinais, tais como o uso de gestos simultâneos, o uso e a organização e ordem que dão resultados.

Assim, as línguas de sinais possuem uma modalidade de produção motora (mãos, face e corpo) e uma modalidade de percepção visual.

Embora existam aspectos universais, pelos quais se regem todas as línguas de sinais, a comunicação gestual dos Surdos não É universal. As línguas de sinais, assim como as orais, pertencem às comunidades onde são usadas, tendo apresentado diferenças consideráveis entre as determinadas línguas.

As línguas de sinais não seguem a ordem e estrutura frásicas das línguas orais, assim o importante não É colocar um sinal atrás do outro É representar a informação, reconstruir o conteúdo possuem sua gramática própria, assim como as línguas orais possuem as suas, sendo elas totalmente independentes.

### **LÍNGUAS DE SINAIS E LÍNGUAS ORAIS**

**Arbitrariedade:** As línguas orais são maioritariamente arbitrárias, não se depreende a palavra simplesmente pela sua representatividade, mas É necessário conhecer o seu significado. A iconicidade encontra presente nas línguas de sinais, mais do que nas orais, mas a sua arbitrariedade continua a ser dominante. Embora, nas línguas de sinais, alguns gestos sejam totalmente icônicos, É impossível, como nas línguas orais, depende do significado da grande maioria dos sinais, apenas pela sua representação.

**Comunidade:** As línguas orais têm uma comunidade que as adquirem, como língua materna, cujo desenvolvimento se faz através de uma comunidade de origem, passando pela família, a escola e as associações. Toda a língua oral tem variações linguísticas. Todas as línguas gestuais possuem estas mesmas características.

**Sistema Linguístico:** As línguas orais são sistemas regidos por regras. O mesmo acontece com as línguas de sinais, conforme referenciado por Stokoe (1960).

Produtividade. As línguas orais possuem a características da produtividade e da recursividade, sendo possível aos seus falantes nativos produzirem e compreenderem um número infinito de enunciados, mesmo que estes nunca tenham sido produzidos antes. Acontece o mesmo com as línguas de sinais, sendo encontradas a criatividade e produtividade nas produções, por exemplo, da LGP, pelos seus gestantes, parecendo não haver limite criativo.

Aspectos Construtivos: As línguas orais possuem aspectos contrativos, isto É, as unidades fonológicas do sistema de determinada língua estabelecem por oposições construtivas, ou seja, em pares de palavras, em que a substituição de uma unidade fonológica (uma letra) por outra altera o significado da palavra (por exemplo: parra e barra). Acontece o mesmo nas línguas de sinais, sendo que em vez de unidade fonológica, muda um pequeno aspecto do gesto (por exemplo, na LGP: método e liberdade).

Evolução e renovação: As línguas orais modificam, como no caso das palavras que caem em desuso, outras que são adquiridas, a fim de aumentar o vocabulário e ainda no caso da mudança de significado das palavras. O mesmo acontece nas línguas de sinais, a fim de responder as necessidades que a evolução sócia cultural impõe.

Aquisição: A aquisição de qualquer língua oral É natural, desde que haja um ambiente propicio desde nascença. Na língua gestual acontece de igual forma, não tendo o indivíduo surdo que exerce esforço para aprender uma língua de sinais, ou necessidade de qualquer preparação especial.

Funções da Linguagem: As línguas orais podem ser analisadas de acordo com suas funções. O mesmo acontece com as línguas de sinais.

## **LÍNGUA GESTUAL**

A expressão língua gestual refere se a língua materna de uma comunidade de surdos. Essa língua É produzida por movimentos das mãos, do corpo e por expressões faciais e a sua recepção É visual. Têm um vocabulário e gramática próprios.

## **LEGALIDADES DA LIBRA**



Estão garantidas no Brasil, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviço público, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. De acordo com as normas legais em vigor no País, as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos.

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Pedagogia, em níveis médios e superiores.

## **A RELAÇÃO ENTRE O GRAU DA SURDEZ E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Sendo a surdez uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação, alterando a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o meio, ela pode ter sérias implicações para o desenvolvimento de uma criança, conforme o grau da perda auditiva que as mesmas apresentam:

Surdez leve: a criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de audição porque a audição é muito próxima do normal.

Surdez moderada: a criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambiente ruidosa; são crianças desatentas e com dificuldades no aprendizado da leitura e escrita.

Surdez severa: a criança terá dificuldades em adquirir a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.

Surdez profunda: é a criança dificilmente desenvolver a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; frequentemente utiliza a leitura orofacial; necessita

fazer uso de aparelho de amplificação e / ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado.

## **LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Constituição Federal de 1988 – Educação Especial;

Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN-  
Educação Especial;

Lei Nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação  
Especial; Lei Nº 8859/94 – Estágio

Lei Nº 10.098/94 – Acessibilidade

Lei Nº 10.436/02 – Libras

Lei Nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas com deficiência

Lei Nº 8.899, de 29 de junho de 1994 – Passe Livre.

Lei Nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 – FUNDEF

LEI Nº 10.845, de 5 de março de 2004 – Programa de Complementação ao  
Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência

Lei Nº 10.216 de 04 de junho de 2001 – Direitos e proteção às pessoas com  
Deficiência Intelectual

Plano Nacional de Educação – Educação Especial.

## **LEI DE LIBRAS**

LEI Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 Dispõe sobre a Língua Brasileira de  
Sinais – Libras e dá outras providencias.

## **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associada. Parágrafo único: Entende como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria,

constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunicação de pessoas com surdes do Brasil.

Art.2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoio o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal os sistema educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único: A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A deficiência Auditiva É um assunto muito interessante aos docentes, pois muitos estão se aperfeiçoando em leituras teóricas, faltando prática palestras de profissionais qualificados na área, É um assunto sério e de interesse de toda a sociedade, para a garantia do direito aos apoio e instrumentos específicos para aqueles que necessitam dessas adaptações.

A igualdade de oportunidades abrangendo o acesso como a permanência escolar, para que isso aconteça o estudante com deficiência no ambiente escolar deve receber o apoio específico para sua deficiência.

É extremamente necessário que todos tenham esclarecimento em todas as deficiências, ou seja, em todos os setores, que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos. Esse esclarecimento deve ser iniciado dentro da instituição escolar, na mais tenra idade, para que os deficientes consiga exercer um bom papel

na sociedade onde está inserida. Nós educadores devemos fazer nosso papel de cidadãos brasileiros e trabalhar para que possamos estar executando um papel de instituição escolar inclusiva, que seja inclusiva em todos os setores.

Enfim, a inclusão social está inserida em todos os setores seja escolar, social, mídia, bancos, correios, cada vez mais presente na atualidade, mais infelizmente a aparência e belíssima mais a pratica cada vez mais deixando a desejar.

## REFERÊNCIAS

AMARA, Tanya Felipe – Doutora em linguística pela UFRJ

BEVILACQUI, MC(1998). **Conceitos básicos sobre a audição e a deficiência auditiva**. Cadernos de audiologia. Bauru: H.P.R.L.L.P/USP.

Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais, **denominado OBRAS EM CONTEXTO**, LIBRAS e Cultura Surda da FENEIS.

<http://www.libras.org.br/download.phd> [www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br)

Ministério da Educação – Secretaria DE Educação Especial **A Inclusão Escolar, Práticas Inclusivas do Deficiente Auditivo**: Contribuições.

INÁCIO, Wederson Honorato. **Inclusão escolar**: o que É? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_; PANTAJA, L. de M.; MANTOAN, **MT E. O acesso de alunos com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

## DOENÇA DA CONTEMPORANEIDADE: DEPRESSÃO INFANTIL

Lucimar Alves De Borba<sup>1</sup>

### RESUMO

Durante um período a depressão infantil era uma doença sem muita importância, era algo negativo, tanto para a sociedade familiar e também para a sociedade educacional para o desenvolvimento do ensino aprendizagem dentro do ambiente escolar, pois o professor tinha uma visão de que a criança não apresentava interesse. Diante desta postura, o professor era visto pelo aluno como uma autoridade dentro da sociedade e a mesma atitude desenvolvida na sala de aula durante o ensino \aprendizagem, era a que usava diante do professor no seu meio social. Com isso não existia nenhum diálogo entre o professor e o aluno, assim a aprendizagem ocorria de forma automática e dolorosa, pois o aluno era visto como um ser sem autonomia para construir ou desenvolver atividades sociais ou educacionais. Na atualidade a relação professor \aluno É vista de forma positiva para o ensino e aprendizagem, pois não É somente o aluno que, adquire conhecimento, mas também o professor, pois o mesmo consegue ter uma formação continuada diante de sua profissão educacional. Diante dessa atual postura do professor o aluno tem uma liberdade de estar dialogando durante o desenvolvimento do processo de ensino \aprendizagem. Diante dessas mudanças o professor hoje É visto também como um amigo, por isso, existe amizade, carinho, afetividade, respeito e uma melhor relação tanto educacional, quanto social. Porém, distante de várias reflexões de muitos teóricos que afirma que a relação professor\aluno contribui no processo de ensino \aprendizagem, ainda presenciamos muitos professores enfiado em uma concepção tradicional de educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Depressão infantil, problemas no comportamento familiar

### INTRODUÇÃO

Diante de vários desafios no ato de educar, surgiu então, o interesse em realizar um estudo que pretende abordar o tema depressão infantil que nos dias atuais tornou-se uma realidade no cotidiano das crianças, ocasionando uma dificuldade para executar várias tarefas diárias, principalmente no ambiente educacional, desvalorizando suas habilidades educacionais, onde a criança se torna vítima direta ou indiretamente de vários tipos de problemas trazendo então muitos transtornos entre educadores e educandos. Seja porque, perdeu entes queridos, ou

---

<sup>1</sup> Graduação em pedagogia, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale, conclusão em 2007. Pós Graduação em Psicopedagoga Clínica Institucional. Professora da rede Estadual de Jaciara-MT. Endereço eletrônico-[Lucimar-bbb@hotmail.com](mailto:Lucimar-bbb@hotmail.com)

a mesma, foi vítima por meio de abusos psicológicos, físicos, numa grande maioria provocada por seus familiares mais próximos.

Muitas são as crianças que se sentem indesejadas por não terem sido planejadas por seus pais; e, ainda, há o problema da ausência dos pais em razão de seus trabalhos que os mantêm muito tempo longe de suas casas e de seus filhos, os quais acabam sendo criados em creches, ou por avós ou babás, resultando em famílias totalmente desestruturadas, tendo seus filhos como principais vítimas de toda essa falta de estrutura: pais alcoólatras, ausentes, desempregados. Nos dias atuais, as crianças estão sofrendo muito com esse problema que na maioria das vezes a causa vem da própria família, problemas esse que faz com que as crianças apresentem vários tipos de dificuldades de aprendizagem escolar e vivência social.

## **DESENVOLVIMENTO**

Até a década de 40 não se admitia o fato de crianças tornarem-se depressivas. Elas eram vistas como adultos em miniatura que não passavam por problemas nem conflitos.

O conhecimento da existência do estado depressivo em crianças só foi possível ser descoberto através de muitas análises psicanalítica que levou um tempo considerável de muitos estudos, isso trouxe várias possibilidades da existência de alterações de comportamento no primeiro ano de vida, e outros que denominam a depressão analítica, depressão essa que É causada nos primeiros dias de vida, ocorrendo em bebês entre 6 e 12 meses deve-se a uma separação prolongada da mãe.

Com o passar dos tempos, esta concepção evoluiu e a criança passou a ser vista como um ser em desenvolvimento que apresenta conflitos “internos” e “externos”, bem como necessidades e anseios, tanto quanto um adulto.

Depressão é uma condição médica comum, cênica e recorrente. Está frequentemente associada à incapacidade funcional e comprometimento da saúde física.

Os pacientes depressivos apresentam limitação da sua atividade e bem-estar além de uma maior utilização de serviços nos mais variados quadros clínicos, entre os quais: transtorno de estresse pós-traumático, demência, esquizofrenia,

alcoolismo, doenças clínicas, etc. Entre as evidências comportamentais observa-se retraimento social, crises de choro, comportamento suicida e outros.

O diagnóstico se dá pela presença de determinados sintomas que se manifestam numa certa intensidade, frequência e duração.

As crianças são as que mais sofrem, pois não possuem vocabulário suficiente para expressar seus sentimentos. Em geral, fazem isso melhor através de atitudes. E quem tem paciência hoje em dia para prestar atenção em atitudes que perturbam? Quem nunca criou um rótulo instantâneo e descartável para um filho ou sobrinho de comportamento irritante? Infelizmente, em alguns casos, a crise de birra ou aquela agitação toda eram manifestações de um quadro depressivo e que são demonstrados através de algumas atitudes:

- Mudanças de humor significativas;
- Diminuição da atividade e do interesse;
- Queda no rendimento escolar, perda da atenção; Distúrbios do sono;
- Aparecimento de condutas agressivas; Auto-depreciação;
- Perda de energia física e mental;
- Queixas somáticas;
- Fobia escolar;
- Perda ou aumento de peso; Cansaço matinal;
- Aumento da sensibilidade (irritação ou choro fácil);
- Negativismo e Pessimismo;
- Sentimento de rejeição;
- Ideias mórbidas sobre a vida;
- Enurese e encoprese (urina ou defeca na cama);
- Condutas anti-sociais e destrutivas;
- Ansiedade e hipocondria.

Estima-se que a Depressão Infantil afete uma em cada 20 crianças abaixo dos 10 anos de idade. O problema maior (e o grande risco) está no fato de muitas de suas manifestações serem absolutamente diferentes daquelas observadas em pessoas adultas. Pois ó casos de crianças serem rotuladas como difíceis e mal-educadas, quando, na verdade, estavam sofrendo de crises depressivas severas. E ninguém parecia estar entendendo coisa alguma.

Segundo FILHO (2009, p. 13), muitas vezes em paciente deprimido houve afirmações do tipo “você não tem nada” ou “o que você tem É frescura, preguiça,” ditas até por médicos, que após ouvirem as queixas do paciente solicitam exames complementares doença ainda muito incompreendida.

Quem já enfrentou uma crise de depressão sabe que este É um desafio respeitável, É o mesmo que bater de frente com algo maciço, cheio de tristezas e frustrações.

Agora feche os olhos por um instante e tente passar por alguém, ou seja, por alguns segundos imagine várias frustrações dentro de você mesmo e veja se É possível viver feliz assim com essa doença. “exatamente este tipo de ameaça que a Depressão Infantil representa uma doença.

Então, surge o trabalho do educador juntamente com o da família de observar as atitudes comportamentais e educacionais, buscando sempre cuidar, amar e educar as crianças que vivem em seu meio e perceber o que realmente acontece na sua vida interna, e assim podendo evitar estes tipos de transtornos emocionais e até mesmo espirituais.

Nenhum processo depressivo grave inicia de uma hora para outra na sua inteireza. As coisas vão se construindo. Normalmente, devido a indiligência da pessoa que não atende às suas necessidades auto-educativas desde o início, de rebeldia em rebeldia, a depressão vai se instalando, até se tornar grave.(CERQUEIRA FILHO,2009 p.95)

As Características citadas no parágrafo acima são vistas muitas das vezes como se a criança fosse rebelde, e por isso, Professores e pais revelam dificuldades para identificar, de maneira precoce, quando uma criança apresenta sintomas de um processo de depressão infantil. Pois a mesma apresenta pouco rendimento escolar no processo de aprendizagem.

Estes conflitos, necessidades e anseios, serem mal resolvidos, podem causar alguma sequela negativa na formação da criança, como também podem desencadear outros processos que levem ' depressão infantil impedindo então, a aprendizagem, tanto social e educacional da mesma.

A obtenção dos dados não pode ser regida por regras pré fixadas: cada sujeito em exame representa um caminho próprio, que deve ser descoberto e respeitado pelo terapeuta. Diferentes instrumentos fornecem elementos para pesquisa de passado, do presente e das expectativas do futuro. Por outro lado, é indispensável que se utilize cada instrumento de pesquisa



captando, ao máximo- e de forma articulada -elementos na área cognitiva, afetiva- social e pedagógica.( WEISS, 2008, p. 32)

“ necessário conhecer e estar sempre atento ’s pessoas ou atividades a que a criança se prende mais. Estas crianças têm necessidades de se sentirem envolvidas a qualquer coisa. Quanto mais tempo se mantiverem envolvidas com alguém ou alguma coisa, mais motivadas estarão e, não será tão fácil pensamentos característicos ao quadro depressivo.

Uma das características mais determinantes da criança depressiva É a baixa-estima. Sendo assim, É de suma importância demonstrar confiança em suas capacidades. Pois cada vez mais a criança poderá acreditar que pode fazer algo importante para si, aumentando então, suas possibilidades de confiança e alto estima, em sala de aula, pois o professor deve apresentar atividades de estímulo, aprovar, encorajar, alimentar, fazer com que a criança se sinta necessária, presente e ativa.

”aquele que elabora e aplica a sua força com inteligência, pois sabe se orientar no processo de mudança [i] ” alguém que sabe onde está e aonde quer chegar. Alia a boa intenção do educador e o desejo de mudar, as dificuldades do caminho, com a direção adequada. Com isso vai transformando todos os obstáculos do caminho, realizando cada ação de forma gradativa e suave, (CERQUEIRA FILHO, 2009, p. 84)

Através desses fatos, percebe-se então que a depressão É uma doença, que consiste em vários distúrbios emocionais, sendo possível que esses distúrbios esteja presentes antes mesmo da idade escolar.

Desse modo, as palavras de CASS (1999, p.83) descrevem de maneira clara como ocorre o sintoma da depressão.

[...] os sintomas da depressão variam de cada faixa etária e também de indivíduo para indivíduo. A tristeza talvez nem sempre seja o sentimento dominante. A depressão também pode ser vivenciada como um sentimento de torpor ou de vazio, ou talvez sem nenhum sentimento, positivo ou negativo.

“Importante ressaltar ainda, que nos dias atuais, ou seja, nesse novo mundo onde tudo É problema diante do olhar moderno e depressivo, a depressão infantil tornou-se algo real no cotidiano das crianças, ocasionando dificuldades para executar muitas atividades diárias, no qual a mesma usa muitas palavras que demonstra insegurança pessoal “não sei, não posso, não quero, não vou conseguir.”

Reconhecer os sintomas depressivos nas crianças tem sido uma tarefa difícil para os pais e professores, dada a sua similaridade com outras dificuldades como, hiperatividade, distúrbio de conduta, agressividade e indisciplina.

A pesquisa mostra que a dificuldade em identificar os sintomas depressivos retarda e impede um tratamento, agravando o problema.

[...] para contribuir na construção do diagnóstico da criança, É necessário que as pessoas que convivem com as mesmas (pais e professores) verifique seus comportamentos, pois são importantes fontes informações, como as relacionadas ao tempo da depressão como: início do quadro, quanto tempo passou, como os sintomas se apresentam na média semanal e quantos sintomas se passam no curso do dia. Um problema da interação dos pais na construção do diagnóstico É que esses podem negar informações importantes ou ainda relatar informações não verdadeiras do caso. (PEREIRA e AMARAL 2007, p.193)

Nos dias atuais, existem várias maneiras e estudos para os profissionais da educação estar buscando novos métodos educacionais, pois sabemos que a maior responsabilidade de estarmos identificando esses transtornos emocionais É dos educadores que acabam carregando não só os problemas educacionais, mas também os sociais, assim poderão ajudar muitas crianças e até mesmas muitas famílias a vencer esta doença.

A situação de observação deve ser considerada um verdadeiro processo dinâmico de aprendizagem e de interação, fornecendo ao observado o máximo de motivação e suporte e adequando a situação as suas necessidades específicas, evitando situações de insucesso ou de frustrações, o que poderia prejudicar ainda mais o seu estado depressivo.

Diante desse objetivo, facilitará para o educador uma transformação de comportamento entre a criança e o profissional, assim com a mudança de atitudes acontecerá uma melhor relação social entre ambos, onde o educador vai auxiliar-la no retorno a sua vida normal. Também auxiliarão nas constantes interações entre o observador e o observado, no caso professor.

Atualmente, o objetivo da escola É promover a aprendizagem de "todos" os seus alunos para que atuem como cidadãos. O sujeito que não aprende, não realiza as funções sociais da educação. Quando o mesmo apresenta dificuldades de aprender, de absorver o conhecimento ou mesmo a falta de interesse de ir ao encontro do conhecimento, há necessidade de apurar a ligação com a realidade, de

ver aspectos emocionais e sociais, de entender a valorização do conhecimento na família.

Diante disso, muitos educadores questionam-se quanto ao que fazer. Considerando os alunos como seres diferentes em vários aspectos, e aqui em especial, questão aprendizagem, É necessário que haja um olhar voltado ao próprio processo de ensino aprendizagem. Considera-se dificuldades de aprendizagem, uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola.

Crianças que frequentam escolas com ambientes favorecidos apresentam condições mais adequadas ao aprendizado. Sintetizando, aprendizagem É um processo de construção que se dá na interação permanente do aluno com o meio que o cerca, expresso inicialmente pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos permeados pela sociedade em que estão inseridos.

Considerando-se as diversas causas que podem interferir no processo ensino – aprendizagem, investigar o ambiente no qual a criança vive e a metodologia abordada nas escolas É importante antes de traçar o enfoque terapêutico, uma vez que a criança pode não apresentar o distúrbio de aprendizagem, mas apenas não se adaptar ou não conseguir aprender como determina a metodologia utilizada pelo professor, como também a carência de estímulos dentro de casa. Por outro lado, muitas crianças podem não apresentar nenhum fator externo a ela e mesmo assim não conseguir desenvolver plenamente suas habilidades pedagógicas. ” o caso das crianças com distúrbios de aprendizagem, cujas limitações intrínsecas se manifestam através de déficits linguísticos, alteração no processamento auditivo e outros vários fatores que podem prejudicar significativamente o aprendizado da leitura e da escrita, aprendizagem estimulantes que facilitem esta construção cognitiva.

Assim esses comportamentos vão sendo usados como uma desvalorização do “eu” podendo então, exprimir-se habitualmente e se esconder das tristezas e incertezas da vida, Simões (1999) considera que a depressão consiste em um problema de “expressão internalizante”, já que grande parte dos sintomas apresentados por alguém deprimido são sintomas internos, como tristezas, baixo auto-estima, falta de valor e depressão, sendo, muitas vezes, de difícil observação por outras pessoas.

Pelas características da manifestação da depressão seu principal impacto ocorre na própria criança e não nas pessoas que convivem com ela, o que por sua vez, dificulta o seu reconhecimento e o tratamento da problemática.

Através desses fatos percebe-se então que a depressão É uma doença apresentada por uma atribuição multifatorial para as causas dos problemas psiquiátricos, chamado de aspecto bio-psico-social, É bastante ilustrado na questão da criança que começa na escola. Ela traz consigo, invariavelmente, as características de seu aspecto biológico, psicológico e social. Sob esses aspectos estudaremos as Dificuldades Escolares, considerando as alterações e os distúrbios em qualquer um destes aspectos.

Em todas as situações, sejam quais forem os conflitos, as patologias, As dificuldades, haverá sempre o “Ser humano,” e dentro dele, a Essência Divina. Nós trazemos em nossa consciência o dever de alcançar essa Essência, identificarmo-nos com ela (CERQUEIRA FILHO, 2009,p.85)

Vivemos hoje em uma nova sociedade sem direção espiritual e social, onde tudo É possível estar sempre buscando algo diferente, sem saber se vai ser, “bom ou ruim” e por isso, esquecemos ou deixamos de buscar algo maior, que seria o meu próprio eu e tentar descobrir quem sou, onde estou e para estou indo, e assim viver em uma vida interna e externa mas tranquila e feliz.

## **METODOLOGIA**

Este estudo tem como objetivo pesquisar e refletir sobre as causas real da doença depressão infantil que atinge a maioria das crianças dessa nova era social e educacional, ou seja, dentro das escolas e nas famílias.

Para melhor entender o assunto foi necessário fazermos um embasamento teórico em vários autores, que nos deu subsídio para realizar nossa pesquisa.

Para efetivação dessa pesquisa, fizemos um trabalho bibliográfico onde fizemos estudos Via online, também na biblioteca municipal da cidade de Jaciara, e nas Escolas Estaduais Artur Ramos e Milton da Costa Ferreira.

A pesquisa bibliográfica [i] Trata-se de levantamento de toda a bibliográfica Já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e empresas escritas. Sua finalidade É colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto com objeto de permitir ao cientista “o esforço paralelo a análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” [i] (MARCONI, LAKATOS, 2006, p.43-44).

Com o desenvolvimento do estudo bibliográfico, foi possível termos um conhecimento com, mas clareza sobre o assunto interessado para o desenvolvimento desse trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os transtornos depressivos são altamente prevalentes, tendem a afetar adultos jovens e apresentam um curso episódico ou crônico. São geralmente mais comuns em mulheres e em pessoas com menores rendas e níveis de escolaridade, e estão associados a uma alta utilização de serviços de saúde. Os achados de estudos populacionais sugerem que maior atenção deve ser dada a transtornos de severidade e duração menor, já que essas condições também se associam a incapacidade e prejuízo social, além de constituírem-se em condições de risco para o desenvolvimento de transtornos depressivos mais severos. Além do mais, sua frequência na população É maior.

O impacto social da depressão inclui tanto a incapacidade individual como o fardo familiar associado a doença. Sintomas depressivos e depressão maior são problemas comuns e importantes em termos de saúde pública. Os custos da assistência médica, tempo de trabalho perdido, e a diminuição da qualidade de vida associam-se de forma clara e consistente com transtornos depressivos. Apesar de serem transtornos crônicos, os transtornos depressivos são condições tratáveis, e as opções terapêuticas têm crescido enormemente nos últimos 25 anos. Além disso, mesmo os sintomas menos severos de depressão são relevantes, na medida em que sua presença É associada ao desenvolvimento de outros transtornos psiquiátricos mais severos.

A alta taxa de utilização de serviços de saúde pelas pessoas sofrendo de depressão sugere que uma atenção especial deve ser dispensada no planejamento da política de saúde para essas condições. Pesquisas abordando a questão da depressão como um processo contínuo, baseadas na população geral, podem esclarecer mais a respeito dos mecanismos etiológicos e protetores da depressão, e, conseqüentemente, orientar ações em saúde a fim de prevenir a morbidade e o sofrimento individual e familiar associado ' depressão.

## REFERÊNCIAS

CASS, H. **Erva de São João: o antidepressivo natural**. Tradução: Renata Cordeiro. São Paulo: Madras, 1999.

FONSECA, V. da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

PEREIRA, D. A. P.; AMARAL, V. L. A. R. do. **Validade e Precisão da Escala de Avaliação de Depressão para Crianças**. Avaliação Psicológica, Porto Alegre, 2007.

WEISS, Maria Lúcia Lemme **Psicopedagogia Clínica –uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar -13**. Ed. RIO DE JANEIRO: Lamparina, 2008

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS,. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios, publicações e trabalho científicos**. 6— ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

## EDUCAÇÃO MULTI/BILÍNGUE E ENSINO DE LÍNGUAS\*

Milene Bazarim<sup>1</sup>  
Maria Cristiana Da Silva Vilela<sup>2</sup>  
Braz Da Silva Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO:

O objetivo deste trabalho é (re)discutir os conceitos de educação multi/bilíngue e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem de línguas. Primeiramente, revisamos os conceitos de língua, de contexto bidialetal, bilíngue e multilíngue. Posteriormente, apresentamos e discutimos alguns modelos utilizados na educação bilíngue e seus possíveis impactos no processo de ensino-aprendizagem de línguas. Embasam essa discussão estudos feitos no Âmbito dos Estudos Culturais (HALL, 2006; SILVA, 2005) e da Linguística Aplicada (CAVALCANTI, 1999; CESAR; CAVALCANTI, 2007; MAHER, 2007).

**PALAVRAS-CHAVE:** educação bilíngue; bilinguismo; educação multilíngue; ensino de línguas.

### INTRODUÇÃO

”É regra entrar em uma sala de aula multicultural/multilíngue.”  
(CAVALCANTI, 1999)

Os estudos sobre contextos bilíngues e bidialetais no Brasil são recentes. Segundo Cavalcanti (1999, p.385), no final de 1990, eles não tinham completado uma década. Quase dez anos se passaram após essa constatação de Cavalcanti (1999) e, apesar de um significativo crescimento, ainda há muito que ser feito na

---

\* Este trabalho colabora com as pesquisas desenvolvidas no Âmbito do Projeto Temático “Práticas de escrita e de reflexões sobre a escrita em diferentes mídias”, sob a coordenação da Profa. Dra. Inês Signorini

<sup>1</sup> Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Braz Cubas. Mestre em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. Doutoranda em Linguística Aplicada pelo IEL-UNICAMP. Já atuou como professora de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [milene\\_bazarim@yahoo.com.br](mailto:milene_bazarim@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Psicologia da Educação pela UFMT e em Métodos e Estratégias do Ensino de Língua Estrangeira pela Faculdade São Luís. Licenciada em Letras e em Pedagogia. Atualmente, é professora da rede municipal de ensino de Rondonópolis-MT e docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [maria.cristiana@hotmail.com](mailto:maria.cristiana@hotmail.com)

<sup>3</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [professor.braz@hotmail.com](mailto:professor.braz@hotmail.com)

Área, principalmente, pensando nos impactos que os resultados das pesquisas podem ter (tiveram) no processo de ensino-aprendizagem de línguas.

Desde já assumimos que neste artigo, um breve ensaio, estabelecemos uma relação entre os estudos sobre educação bilíngue e o ensino, conforme propõe o título. Como a escola é o espaço privilegiado para o que se chama de educação formal, cabe-nos, desde já, defini-la como um espaço sociolinguisticamente complexo. Dessa forma, como diz o texto em epígrafe, ao entrar em uma sala de aula, em qualquer lugar deste país, o professor, de qualquer disciplina, provavelmente vai se deparar com um contexto multicultural e multilíngue.

Nossas reflexões aqui estão divididas em quatro partes. Após esta breve introdução, fazemos uma revisão de alguns conceitos teóricos importantes não só para os estudos da Área, mas para estabelecermos a relação com o ensino. A seguir, discutimos alguns modelos utilizados na educação bilíngue e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, apresentamos, nas considerações finais, a hipótese de que o ensino de línguas baseado na diversidade de gênero textual-discursivo<sup>49</sup> seja uma possibilidade de emergência de um contexto multilíngue na sala de aula.

## ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Quando se trata de distinguir entre categorias conceptuais nebulosas como “língua” e “dialeto” até os linguistas se abstêm de estabelecer diferença (RAJAGOPALAN, 1998)

A primeira consideração teórico-conceitual que pode ser feita diz respeito a própria concepção de língua que orienta as pesquisas nessa Área de estudos. Segundo César; Cavalcanti (2007, p. 47, 61), o conceito de língua como **caleidoscópio** é o mais adequado às necessidades e dilemas que são enfrentados na pesquisa e no trabalho pedagógico com a linguagem.

---

<sup>4</sup> Apesar saber das implicações teóricas que estão envolvidas no uso da expressão “gênero textual” e/ou “gênero discursivo”, preferimos utilizar aqui o termo “gênero textual-discursivo” não como uma forma de neutralizar essa tensão teórica, mas sim para sinalizar que, não se adere aqui a uma visão engessada e normativista de gênero. Sabemos que os gêneros são apenas *relativamente* estáveis (BAKHTIN, 1954, p.277). No entanto, sabemos também que, devido a necessidade de partir daquilo que é facilmente observável, quase sempre, ao analisar os diversos gêneros, é possível que se fique apenas na sua estrutura composicional e nas marcas linguísticas, aspectos estritamente textuais, que atestam determinado estilo e autoria, em detrimento dos aspectos discursivos que também interferem na textualização tais como esfera de circulação e função



O caleidoscópio, sendo feito por diversos pedaços, cores, formas e combinações, é um jogo de (im)possibilidades fortuitas e, ao mesmo tempo, condicionadas pelo contexto e pelos elementos, um jogo que se explica sempre fugazmente no exato momento em que o objeto é colocado na mira do olho e a mão o movimenta; depois, um instante depois, já é outra coisa. No caleidoscópio, formam-se desenhos complexos a partir de movimentos, de combinações. [Essa] Parece uma imagem feliz para descolar as concepções de língua das concepções de nação e território estabilizadas politicamente e de níveis hierárquicos, num caso e num outro, totalidades que se mantêm como “grande narrativa”, justamente por conta de um arcabouço teórico anacrônico. (C“SAR; CAVALCANTI, 2007, p. 61)

Para acompanhar esse dinamismo do conceito de língua(gem), os termos “contextos bilíngues”, “bilinguismo”, “bidialetalismo” e “educação bilíngue” também precisam ser constantemente revistos e atualizados. Isso deve ocorrer, porque, segundo Cavalcanti (1999, p. 388), contextos bilíngues são complexos<sup>5</sup>.

Um contexto bilíngue, portanto, é aquele em que são contempladas duas ou mais línguas. JÁ um contexto bidialetal é aquele em que há o uso de diversas variedades de uma mesma língua, diferenciadas não só por questões linguísticas propriamente ditas, mas, principalmente, por razões socioeconômicas relacionadas ao prestígio de quem fala a(s) variedade(s).

Todo contexto bilíngue é complexo, porque não convivem apenas duas ou mais línguas, mas diversas variedades dessas línguas. Assim, todo contexto bilíngue é também bidialetal, mas nem todo contexto bidialetal é bilíngue. O que se tem, portanto, são **contextos multilíngues** (multiculturais) e não somente bilíngues e/ou bidialetais. (CAVALCANTI, 1999, p.388).

Maher (2007), numa tentativa de tornar tais conceitos mais dinâmicos e condizentes com a realidade encontrada em várias comunidades pesquisadas, afirma é importante frisar que existem vários tipos de sujeitos bilíngues (logo de bilinguismo) porque o bilinguismo é um fenômeno multidimensional. Somente uma definição suficientemente ampla poderia, segundo a autora, abarcar todos os tipos existentes.

**Dizer que o bilinguismo é uma condição humana muito comum que se refere à capacidade de um determinado sujeito fazer uso de mais de uma**

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, o termo complexo assume o mesmo sentido proposto por Morin (2002, p. 16) “o que está tecido em conjunto”. Para Morin (2002, p. 72), enfrentar a complexidade do real significa perceber as ligações, interações e implicações mútuas de fenômenos multidimensionais e de realidades que são simultaneamente solidárias e conflitantes.

**língua e/ou variedades dessas línguas de forma específica e contextual** seja, no momento, a melhor definição justamente por ser a mais abrangente. (MAHER, 2007, p.79).

No que diz respeito ao cenário sociolinguístico brasileiro, persiste o mito do país monolíngue: qualquer brasileiro parece capaz de afirmar veementemente “no Brasil, fala-se uma língua<sup>6</sup>, a Língua Portuguesa”.

Segundo Cavalcanti (1999), a perpetuação de tal mito é eficaz, pois se invisibilizam as minorias<sup>712</sup> – as nações indígenas, as comunidades de imigrantes e migrantes – e, por extensão, as majorias tratadas como minorais, tais como as inúmeras comunidades falantes de variedades desprestigiadas da Língua Portuguesa.

Os contextos bilíngues e bidialetais a que se refere o mito acima, além de terem em comum o fato de se referirem apenas a modalidade oral da(s) língua(s), são constantemente invisibilizados tendo em vista o fato de que estão presentes em comunidades “minoritárias” ou tratadas como tais.

Nesse caso, o que se leva em conta para definir um grupo como minoria não a quantidade de falantes, mas sim o prestígio (ou falta de) que é atribuída a sua variedade linguística e/ou da sua língua. Há, portanto, um apagamento da existência das variedades e/ou das línguas dessas comunidades e, por conseguinte, das próprias comunidades.

Assim, o único bilinguismo que não é apagado e é considerado como algo positivo é o chamado **bilinguismo de elite**. O **bilinguismo de elite** é um bilinguismo de escolha, relacionado a aprendizagem de línguas de prestígio tanto internacional quanto nacionalmente. Ele não é “compulsório” (MAHER, 2007, p.68) e é restrito a uma determinada camada economicamente privilegiada da sociedade brasileira, que é capaz de pagar para ter acesso a uma segunda língua de prestígio.

## **OS MODELOS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS**

“A escola brasileira nunca foi homogênea.” (MAHER, 2007).

---

<sup>6</sup> Para uma melhor discussão a respeito do preconceito linguístico, sugerimos a consulta a Bagno (2003).

<sup>12 7</sup> Nesse caso, não se pensa minoria, exclusivamente, em termos quantitativos, mas ao prestígio que é atribuído a cultura (e a língua) dos grupos tratados como minoritários (CAVALCANTI, 1999)

Se as línguas, as culturas e os falantes não são homogêneos, por que o seria a escola? Essa homogeneidade da escola é tão mitológica quanto a da língua única, do falante ideal, do letramento como meio de ascensão social. Evidentemente, antes da popularização da escola, era muito mais fácil ignorar e por que não dizer, sufocar, a diversidade presente nas salas de aula. No entanto, a partir da abertura da escola “as massas” passou a ser difícil não notar “o diferente”.

HÁ, no entanto, diversas formas de encarar “o diferente” na escola: ou ele é simplesmente ignorado ou é estigmatizado como manda a tradição. Quando os chamados “alunos de inclusão” – os “diferentes”: surdos, os imigrantes, os indígenas etc. – são colocados em salas de aula convencionais e recebendo o mesmo tratamento que os outros alunos, a diferença é apagada e, neste caso, apagar a diferença também significa excluir de uma forma talvez até mais pernicioso, pois essa exclusão é escamoteada por um discurso do politicamente correto.

Um aluno bilíngue ao ser colocado em uma sala “monolíngue”, por exemplo, não terá como interagir com os demais em sua língua materna, a qual, certamente será deixada de lado. A outra forma de encarar o diferente na escola é “tratá-lo” como uma doença, um *déficit* que precisa ser superado através dos cuidados de profissionais específicos.

Maher (2007, p.68) destaca que, enquanto para a maioria dos alunos das escolas brasileiras, o bilinguismo é facultativo, para os alunos indígenas, surdos e de comunidades de imigrantes, ele é compulsório, ou seja, imposto por lei.

O mesmo poderia ser dito em relação as comunidades bidialetais, tais como as urbanas “compostas por populações de origem rural que vivem na cidade e que falam alguma variedade estigmatizada de português. Essas comunidades constituem o que venho denominando ‘as maiorias tratadas como minorias’” (CAVALCANTI, 1999, p.393).

Pensando no contexto educacional, isso é particularmente grave, pois, segundo Maher (2007, p. 68), sem, de fato, compreendermos “o diferente” em sua complexidade, não conseguiremos criar “provimentos para acomodá-lo, acolhê-lo de forma respeitosa na escola”. Com isso, quando muito, não se irá além do reconhecimento da sua existência e da tolerância de sua presença.

Em seu artigo, Maher (2007), apresenta três modelos utilizados na educação bilíngue: o assimilacionista de submersão; o assimilacionista de transição; e o de enriquecimento linguístico.

No primeiro, **modelo assimilacionista de submersão**, prega-se a inclusão do aluno bilíngue em uma sala de aula monolíngue; não tendo com quem interagir em sua língua materna (LM), o aluno será forçado a abandoná-la e aprender a Língua Portuguesa.

No segundo, **modelo assimilacionista de transição**, a língua de instrução nas séries iniciais é a língua materna do aluno. Esse, no entanto, é um modelo subtrativo, pois assim que a criança é alfabetizada em sua LM e passa a entender o funcionamento da escrita, o português é inserido aos poucos, até que a LM do aluno seja excluída do currículo.

Por fim, **o modelo de enriquecimento linguístico** o qual, ao nosso ver, é o menos coercitivo e o mais idealizado. Esse modelo insiste na importância de que a LM do aluno seja a língua de instrução ao longo de todo o processo de escolarização e, além disso, que seja promovido um bilinguismo aditivo, i.e., a Língua Portuguesa deve ser adicionada ao repertório comunicativo do aluno sem, contudo, deixar de se investir no aumento da competência do educando também na sua LM.

Evidentemente, nas nossas escolas ainda é mais comum o primeiro modelo, ainda mais subtrativo que o segundo. Algumas pesquisas mostram tentativas de implantação do segundo modelo, o que já seria um avanço. Mas o modelo de enriquecimento ainda parece uma realidade distante. Ou seja, a escola(rização) das minorias é uma relação de desigual de forças e de poder. Somente é visto positivamente o bilinguismo e o bidialetalismo quando se trata de línguas, variedades e, por conseguinte, falantes de prestígio socioeconômico.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROVISÓRIAS**

“Tudo que é sólido se desmancha no ar.” (Marx). Nos estudos sobre os contextos bilíngues, conforme tentamos mostrar, uma das maiores preocupações dos pesquisadores tem sido mobilizar teorias capazes de explicar, de elucidar, de visibilizar contextos tão complexos.

Nessa Área de estudos, inspirada nos Estudos Culturais e na Linguística Aplicada, seguindo o paradigma das ciências na pós-modernidade<sup>8</sup>, não há lugar

---

<sup>13 8</sup> A pós-modernidade, ou modernidade tardia, é um momento em que há uma verdadeira turbulência cultural, provocada pelo convívio, e conflito, de tendências hegemônicas, padronizadoras, por um lado; e movimentos de afirmação da identidade cultural das minorias, por outro (HALL, 2006; BAZARIM, 2011). Com isso, as teorias científicas passam a ser consideradas “maneiras diversas de tentar articular diversos aspectos de um

para certezas, o que fica claro já no título do artigo de Maher (2007) “Do casulo ao movimento: **a suspensão das certezas** na educação bilíngue e intercultural” [grifo nosso]. E esse é justamente o grande desafio da pós-modernidade: o fim das certezas, muitas perguntas, apenas possibilidades de respostas.

A respeito da educação bilíngue, uma Área em franca expansão, vários são os questionamentos, mas um nos chamou a atenção: “O que significa eleger o português prestigiado, sem maiores considerações, como a língua de domínio da escola, com o argumento de que o domínio dessa língua, por si só, representa emancipação, inserção dos atores que estão socialmente marginalizados” (CESAR; CAVALCANTI, 2007, p.51)? Pensemos o contrário: o que significa **não** dar acesso, através da escola, a esse chamado “português prestigiado” aos atores que estão socialmente marginalizados, sem maiores considerações sobre os impactos que isso traria a sua emancipação?

Pedindo licença para utilizar um jargão, consideramo-nos no direito de acreditar, mesmo que provisoriamente, que não se deva pecar nem pelo excesso nem pela falta. Mesmo não sabendo como torná-lo de fato viável e parte do cotidiano das escolas, defendemos o modelo de enriquecimento linguístico. Pensamos que um ensino que tenha o gênero textual-discursivo como objeto de ensino seja algo a ser considerado, pois, na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 1929; 1954) os gêneros são híbridos, instáveis e dinâmicos e, dado seu caráter ideológico, indexam as menores variações da sociedade.

Assim, acreditamos que o uso de diversos gêneros textual-discursivos na sala de aula pressupõe a presença de diversos estilos, autorias, esferas de circulação, função e, com isso, de diversos registros linguísticos, oportunizando a criação de um contexto verdadeiramente multilíngue nas aulas de línguas.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV) [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11.ed. São Paulo Hucitec: 2004.

---

processo global e de explicitar uma visão de conjunto.” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1995, p. 88). Nesse sentido, para as ciências que se inserem no paradigma pós-moderno, não existe uma relação representacional, especular e mimética entre teoria e realidade, ou seja, a teoria não é “uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de uma realidade que cronologicamente, ontologicamente, a precede.” (SILVA, 2005, p. 11)

BAKHTIN, M. [1954] **Os gêneros do discurso**. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZARIM, M. As concepções de currículo da edição especial da proposta curricular do Estado de São Paulo. **Revista Científica Eletrônica de**

**Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE**, Ano IV, Número 06, novembro de 2011. Disponível em: < <http://www.eduvalesl.edu.br/site/revista/>>.

CAVALCANTI, M.C. **Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. D.E.L.T.A.**, vol. 15, n.– especial, 1999, p.385-417. CESAR, A.L.; CAVALCANTI, M.C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. IN: CAVALCANTI, M.C.; BORTONI-RICARDO, S.M.

**Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007. p.45-66.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAHER, T.M. **Do casulo ao movimento**: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. IN: CAVALCANTI, M.C.; BORTONI-RICARDO, S.M.

**Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007. p. 66-94.

MORIN, E. **Educação e Complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 2002.

SANTOS FILHO; GAMBOA. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo, Cortez, 1995.

SILVA, T.T. da. **Documentos de identidade** – uma introdução as teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2005.

## INSERINDO A LEITURA E A ESCRITA NO MUNDO DA CRIANÇA

Roseny Tavares Silva Leão<sup>1</sup>  
Sílvia Espindula Moreira<sup>2</sup>  
Eleusa Ataíde Passos Dias<sup>3</sup>

### RESUMO

O trabalho em questão é fruto de uma pesquisa realizada com alunos de três salas dos anos iniciais, envolvendo-os no tema, a partir de atividades instigadoras de leitura e escrita. O objetivo deste artigo é fazer com que a criança descubra a escrita e a leitura com fonte de saber e propiciar o desenvolvimento de sua aprendizagem, a partir da bagagem que já traz do seu cotidiano e assim proporcionar que elas construam as primeiras relações com o conhecimento especializado. O trabalho justifica-se pela necessidade de a escola valorizar e inserir continuamente estratégias que viabilizem o estímulo e o gosto pela leitura e escrita. A metodologia utilizada foi através da pesquisa bibliográfica, acrescida de estímulos e atividades para os alunos. Para fundamentação teórica recorreremos aos autores: FREIRE, 1975, COMBS, 1962, BAKHTIN, 1992, VYGOTSKY, 1994, CAGLIARI, 2006, dentre outros. Verificou-se com a pesquisa realizada, a necessidade dos professores, dos anos iniciais, discutirem o conceito de alfabetização e que a mesma, passe a ser concebida, como um processo amplo que se inicia muito antes da criança entrar na escola. Que esses possam ver as crianças não como meros receptores de informação, mas principalmente como sujeitos possuidores de um vasto conhecimento de mundo, que precisa ser respeitado e explorado, levando em conta a realidade em vivem.

**Palavras-chaves:** Alfabetização, leitura, escrita. <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida pelos que se preocupam com a educação, já que há muitas décadas se observam as mesmas dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações e a evasão escolar. Atualmente, essa questão vem recebendo uma atenção especial da parte dos órgãos oficiais, os quais, entretanto, não têm obtido resultados expressivos em suas tentativas de solucionar os problemas citados.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Faculdade Afirmativo

<sup>2</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Unic. Email: [silvia-moreira\\_2012@hotmail.com](mailto:silvia-moreira_2012@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales-SP. Pós-Graduada em Metodologia do Ensino Superior - CESEP. Email: [eleusa\\_dias@hotmail.com](mailto:eleusa_dias@hotmail.com)

Primordialmente, a alfabetização é a aprendizagem da escrita e da leitura. Note-se que ler e escrever são atos linguísticos, no entanto, só recentemente tem havido a participação significativa de linguistas em projetos educacionais.

Aprender, a gente aprende desde que nasce. As experiências do dia-a-dia integram múltiplos saberes. Mas a sociedade heterogênea e complexa como a nossa, alguns saberes se especializam e constituem áreas específicas e hierarquizadas de conhecimento. É nesse contexto que se justifica a existência da escola: lugar de acesso de iniciação aos saberes especializados. Saberes que dominam e produzem a marca de nossa cultura letrada.

E neste sentido que surgem as nossas especulações e motivações para pesquisar sobre o tema, uma vez que trabalhamos há algum tempo com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e estamos sempre nos deparando com as dificuldades de apropriação da leitura e da escrita. A compreensão da natureza escrita, suas funções e usos são indispensáveis ao processo de alfabetização. Mas o que se vê comumente, nas salas de aula e nos livros didáticos é um total desconhecimento do assunto. Por outro lado, toda a consciência que a criança tem da linguagem oral se deturpa quando ela entra na escola e aprende a escrever; de tal modo que depois de adulta, só será capaz de observar sua fala, sem as interferências da forma gráfica das palavras, após treinamento fonético.

Para uma melhor compreensão do leitor organizamos este trabalho em três partes, sendo que, a primeira aborda o saber e o aprender como forma de impregnar o educar no sentido da vida. A segunda traz uma abordagem sobre a importância da leitura e escrita. Na terceira parte fazemos menção sobre a criança um ser no mundo e do mundo. Nas considerações finais deste trabalho relatamos o nosso olhar sobre o processo da construção da leitura e da escrita, bem como as nossas convicções e sugestões, enquanto pesquisadoras dessa temática.

## **1 O SABER E APRENDER COMO FORMA DE IMPREGNAR O EDUCAR DE SENTIDO A VIDA**

Alguns aspectos do mundo atual são comuns em todos os povos e básicos para compreender que há características marcantes em cada época e que estas agem sobre o homem e devem ser objeto de sua reflexão – ação. Sem dúvida a nossa cultura necessita, como nunca antes, de indivíduos capazes de uma efetiva



mudança, num processo contínuo. Precisamos de instituições para treinamento e preparação de professores que tenham qualidades e que possam, por sua vez, desenvolver estudantes que tenham estas mesmas qualidades, para estar à altura do mundo moderno.

O homem não é um ser “abstrato, isolado, solto, desligado do mundo” e nem o mundo “uma realidade ausente de homens”, portanto, a concepção de educação adotada aqui tem como objeto os homens e suas relações com o mundo, “relações em que a consciência e mundo se dão simultaneamente” uma vez que “não há uma consciência antes e mundo depois e vice-versa.” (FREIRE, 1975).

O indivíduo é visto mediante ao contexto como pessoa com valor próprio indiscutível que caminha para ser mais aberto à sua experiência e, devido a essa abertura, consegue perceber de maneira livre e inteira todos os estímulos que provenham do organismo e do ambiente lidando conscientemente com eles. Isto quer dizer que a característica principal é que as pessoas se dão bem com a própria vida, percebem-se claramente, reconhecem facilmente experiências, são mais abertas a estímulos; o indivíduo passa a aceitar-se como um ser em processo, em desenvolvimento, e a viver mais intensamente, cada momento. Viver o momento aqui significa “ausência de rigidez, de organização fechada, de imposição de uma estrutura a experiência. Significa um máximo de adaptabilidade, a descoberta de uma estrutura na experiência, uma organização fluida, mudança a organização e da personalidade” (COMBS, 1962).

Sabemos que a educação é reflexa da sociedade vigente. No entanto para melhor compreensão da rede situação em que se encontra a educação infantil e séries iniciais nos dias de hoje, e preciso conhecer a trajetória percorrida pela mesma no decorrer da história da Educação Infantil considerando as implicações, sócio-política e cultural. A criança durante muito tempo não foi considerada sujeito de direito. Era vista como um ser primitivo e irracional, considerada sujeito, quando chegava à idade da razão. Tradicionalmente o cuidado e a educação da criança eram realizados pela família. A necessidade pela Educação Infantil aparece como reflexo das grandes transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo.

Historicamente, a escolaridade destinada à criança era realidade de acordo com a classe social ao qual pertencia. As crianças das classes subalternas eram tidas como carentes e inferiores, surge então a Educação Infantil com função compensatória mais relacionada à “educação”. A Educação Infantil passa a ser vista como aquela capaz de compensar as carências e deficiências culturais linguística das crianças provenientes das classes populares. Apesar das diversas críticas feitas a educação compensatória, continua sendo uma realidade presente. Segundo Demerval Saviani:

Para Rogers, “ensinar e transmitir conhecimento tem sentimento num meio imutável. Mas se há uma verdade sobre o homem moderno, é de que vive num meio continuamente em mudança” (ROGERS, 1978), e essa função nos dias em que estamos vivendo torna-se inadequada para esses tempos.

Acreditamos nos seres humanos como portadores de natural potencialidade para aprender, curiosos a respeito do mundo em que vive movido por interesses de atualização capazes de desenvolver sua capacidade individual, necessitam de uma escola que proporcione oportunidades e lhes permita escolher vias próprias e caminho pessoal na aprendizagem.

Sabemos que não propiciamos à criança as condições necessárias ao seu desenvolvimento, mas, essa também não tem sido uma tarefa fácil, haja vista, que são vários os fatores que estão interligados para que o processo aconteça passo a passo. Ao crescer e desenvolver-se, a criança está tentando captar mundos diferentes e quem sabe torná-los seus. Constrói mundo interior e exterior a partir das possibilidades que tem de captar o mundo físico e o social e de estabelecer as relações existentes entre ambos.

### **1.1 A importância da leitura e escrita**

A educação, ao longo dos anos e até os dias de hoje, tem atendido aos interesses do sistema capitalista. Toda a estrutura do sistema educacional visa adequar o educando ao modelo econômico vigente. A escola enquanto instituição designada a ensinar as crianças os conhecimentos de forma sistematizada, pouco tem contribuído para que haja uma aprendizagem mais eficaz. Muitas vezes elas tem se fechado, distanciando-se mais do seu público alvo, a criança; não permitindo que a mesma desenvolva todo o seu potencial. A criança,

principalmente a da zona urbana entra muito cedo em contato com o mundo da leitura e da escrita através da televisão, placas, cartazes, livros, revistas, jornais e outros que estão ao seu redor.

Na verdade a criança convive com situações de aprendizagem mais fora do que dentro da escola.

As informações extraescolares são de grande importância para criança, pois envolvem situações concretas, enquanto que as recebidas na escola são na maioria das vezes totalmente descontextualizada. A maneira como a escola vem trabalhando informações deslocadas da realidade, tem contribuído, com a fragmentação do conhecimento, gerando com isso, desinteresse por parte da criança, levando muitas vezes à repetência e até a evasão.

A leitura, escrita e o cálculo têm constituído as principais preocupações dos anos iniciais. Sendo estes também elementos determinantes do sucesso ou fracasso escolar do indivíduo no decorrer do ensino fundamental.

Por não ter clareza sobre o real conceito da leitura, a escola vem confundindo esse processo com mero conhecimento das palavras expressas em cartilhas, livros ou jornais. É muito comum uma criança ler um texto através da junção de letras, no entanto, não consegue compreendê-lo, nem interpretá-lo. A leitura é vista com um fim em si mesmo, ou seja, a criança lê somente para provar que sabe a lição. Isto acontece por que se ensina a ler não pela integração verbal, mas pela decifração de sinais gráficos.

A forma de introduzir a leitura, na maioria das vezes, é a mesma de anos atrás, sem nenhuma mudança significativa. As palavras e frases trabalhadas são na sua grande maioria sem significado imediato para a criança. Nesse sentido Bakhtin, nos diz que:

Enquanto uma forma linguística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor como tal, ela não terá para ele nenhum valor linguístico. Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica, da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico e vivencial (BAKHTIN, 1992 p.94).

Os conhecimentos referentes a leitura e a escrita foi e ainda continua sendo considerado objeto exclusivamente escolar, cabendo somente a escola a transmissão e inculcação dos mesmos. Geralmente o que a criança aprende na escola não tem nada haver com sua realidade. Diante disso, entendemos que os

conteúdos precisam ter um significado real para a vida da criança, para então acontecer uma aprendizagem significativa.

O ensino tem que ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias à criança, devem ser algo de que a criança necessite. Temos aqui, o mais vivido exemplo da contradição básica que aparece no ensino da escrita, não somente na escola de Montessori, mas também na maioria das outras escolas, ou seja; a escrita é ensinada como uma habilidade motora e não como uma atividade cultural complexa. (VYGOSTSKY, 1994, p. 155).

A escrita e leitura, portanto, não pode mais ser imposta de fora pelas mãos dos adultos, precisa-se pensar seriamente nas possibilidades das crianças. Quem aprende, aprende alguma coisa em função de alguma necessidade.

O sistema de leitura e escrita que a criança encontra no mundo circundante não se acomoda apenas a esquemas assimilatório. A criança compreende o que faz, mas não pode compreender na maioria das vezes o que os outros fazem. Também, não pode compreender a informação que recebe. Toda a informação recebida e fornecida pelo meio ambiente é altamente perturbadora neste momento, nem todas eram perturbadoras antes.

## **1. 2 A criança um ser no mundo e do mundo**

Estar preparado para aprender a ler e escrever é muito mais que discriminar sons e reconhecer letras. A criança vivenciando o domínio de conjuntos de informações, cujas mesmas lhe permitirá perceber a escrita como um a outra maneira de representar os significados das coisas e das suas ideias. Mas tudo isso, deve ser feito desde a Educação Infantil, de forma lúdica, por que esta é a maneira efetiva de nos comunicarmos com as crianças através da reflexão de como ter sido nossa prática e descobrir o que é alfabetizar, então.

O mundo da escrita é algo com o qual nós, adultos, estamos tão envolvidos que não nos damos conta de como vive alguém que não lê e não escreve, ou de como a criança verdadeiramente encara essa atividade e de como de fato funciona esse mundo complexo, que a nós nos parece tão familiar e de uso fácil. Um dos objetivos mais importantes da alfabetização e de séries iniciais é ensinar a ler e escrever. Porém a escrita é uma atividade nova para a criança, por isso mesmo requer um tratamento especial na alfabetização e outros. Até mesmo a forma gráfica da escrita não é bem compreendida pela escola. Dissemos, sem

planejar que usamos um sistema alfabético. Na verdade esse sistema não possui uma única forma e esse é completamente alfabético. A criança que vai aprender a ler e a escrever deve se sentir perplexa diante desse fato, isso sim fará a diferença particular de cada criança. Segundo Vygostsky; “entende que o desenvolvimento é fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo. Mas cada um dá um significado particular às suas vivências. O jeito de cada um aprender o mundo é individual”.

Vivemos num mundo onde a escrita se realiza através de muitos tipos de alfabetos. Como aprendemos a ler todos eles, não tomamos consciência da realidade. Quando a criança começa aprender a ler e escrever, ninguém lhe diz isso, muitas das vezes ela fica admirada diante das coisas que vem em torno das letras. Mesmo que a criança tenha contato frequente com livros, revistas, que veja adultos e crianças mais velhas lendo e escrevendo, o trabalho sistemático da escrita e leitura durante a alfabetização e por que não dizer as séries iniciais, se coloca como algo novo, um desafio.

É preciso ouvir das crianças o que é ler e escrever, para que serve a escrita, valorizando as opiniões que cada um possa apresentar. Mesmo para aqueles que já sabem é preciso dizer, logo no início, o que é a escrita, as maneiras possíveis de escrever os símbolos, a convencionalidade, decifração, relações variáveis entre letras e sons – que permitirão a leitura. Enfim é preciso não tentar camuflar a complexidade da língua.

Se refletirmos, por um momento, sobre o processo de aquisição da linguagem oral, veremos que as crianças aprendem a falar naturalmente. Quando suas tentativas não são bem sucedidas, os falantes adultos, de vários modos atuam como mediadores entre a criança e o modelo, de tal modo que ela acaba construindo naturalmente o seu sistema linguístico de maneira adequada. Porém, para quem vive nesse mundo, escrever como a escola propõe pode ser estranhíssimo, e até inútil. Mas para aqueles que vivem num meio social onde a leitura faz parte de sua cotidianidade, acham muito natural, o que a escola na maioria das vezes faz com o excesso da escrita, porque, na verdade, representa uma continuação do que fazem, e esperavam que a escola também o fizesse. Portanto, alfabetizar grupos sociais que encaram a escrita como uma simples garantia de sobrevivência na sociedade é diferente de alfabetizar grupos sociais

que acham que a escrita, além de necessária é uma forma de expressão individual de arte, de passatempo.

A escrita, seja ela qual for, tem como objetivo permitir a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em falas. Pode-se dizer que ler é um ato linguístico diferente da produção espontânea da fala. Por isso, a uma preocupação por parte de alguns professores, às vezes, em compreender essa diferença e cometer certos devaneios, sobre o processo de ensino a escrita e leitura da criança. Precisamos compreender quais os passos que envolvem os usuários e o uso de quem está inserido, fazendo parte dessas representações da escrita e da leitura.

A criança tem muita originalidade com o que fala e faz, quando pequena tenta escrever fazendo rabiscos, misturando linhas retas e curvas, são experiências nossas comprovadas. O resultado é uma escrita que só o autor conhece. Quando pra sua linguagem diz-nos ou tenta fazê-lo, expressando o que está escrevendo, ela já possui uma ideia do que seja a escrita, ela compreende o que se escreve com determinados sinais, mesmo que não saiba que estes sinais possuem uma ordem de significação.

Nas tentativas de escrita, a criança não procura copiar, mas representar o que ela imagina o que seja a escrita. Algumas crianças até superam essa etapa antes de entrar para a escola, mas muitas só têm a possibilidade de vivência lá nas etapas seguintes. Por isso é importante deixarmos que as crianças experimentem escrever a seu modo, dar tempo para que aconteça o “escrever”, letras palavras e outros. Todavia o que temos na maioria das escolas, porém, é a não permissão que a criança faça o seu aprendizado da escrita como fez e faz como da fala. Ela não tem a liberdade em sua maioria para tentar perguntar, errar, comparar, corrigir, tudo deve ser feito “certinho”. Às vezes as escolas supõem que os exercícios preparatórios são o melhor caminho para o aluno desenvolver suas habilidades para a escrita e a leitura. Nada impede, porém que o professor vá introduzindo propostas de trabalhos que considere necessárias e que, em suas práticas, revelaram-se eficientes.

As crianças, ainda em fase de alfabetização, demonstram capacidades para produzirem espontaneamente, constroem hipótese, sem que perda a facilidade de expressão que já adquiriram oralmente. Claro que isso não significa que o aluno não precise aprender a ortografia, mas na justa medida e no tempo

oportuno, sem que seja forçado fazê-lo já. Essa capacidade para pensar a forma escrita em relação a fala, é muito mais ativa nas crianças do que nos adultos, incluindo as professoras de alfabetização. Se a escola não for clara e cientificamente correta no tratamento das relações entre letra e som, poderão trazer grandes confusões para o pensamento das crianças e até mesmo criar impasses ao desenvolvimento da aprendizagem.

As experiências que temos analisado e pesquisado, mostram que a crianças são extremamente ativas e põem em prática uma enorme reflexão sobre o fenômeno da escrita, comparando-a com a fala, mas os métodos e materiais de ensino, que estão postos as mãos do professores não consideram na sua maioria, o conhecimento que a criança possui; as relações que estabelece; as hipóteses que elabora. Mas temos percebido uma mudança, mesmo que ao longe desse quadro, tanto do bom senso dos professores como do sistema de ensino. E aos poucos se conseguirá uma diferença do método e postura, onde o “centro” da criança assim, como ela própria será que valorizada, e contribuirá para isso na aprendizagem e no processo de seu desenvolvimento.

Falar de atividade de leitura em sala e fora dela, tem sido algo bastante comprometedor, tanto aos professores como para o aluno. A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria das coisas que aprendemos na vida está presente através da leitura fora da escola e dentro dela. Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, mas até fonéticos. Tudo o que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e se desenvolver. Segundo o autor, sobre a questão de leitura, fala-nos o seguinte:

A leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita é a leitura, o mundo da escrita já é complicado e caótico no seu aspecto gráfico, quanto mais se juntarmos a isso o mundo dos significados carregados pela escrita. Ler é um processo de descoberta, como a busca do saber científico. A leitura também pode se superficial, sem grandes pretensões, uma atividade lúdica. (CAGLIARI, 2006).

Podemos ter várias atitudes perante a leitura. É uma atividade profundamente individual, e duas pessoas dificilmente fazem a mesma leitura de textos. A leitura é uma atividade de assimilação de conhecimento de interiorização, reflexão. Uma leitura pode ser ouvida, vista ou falada e quando pessoas são

solicitadas para ler envergonham-se na maioria das vezes. Isso por que a leitura oral, falada e vista em geral, devido aos preconceitos linguísticos da sociedade. A leitura oral é feita não somente porque lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas, que também “leem” o texto ouvindo-o. Os primeiros contatos com a criança, segundo o autor, ocorrem desse modo:

A diferença entre ouvir a fala e ouvir a leitura está em que a fala é produzida espontaneamente ao passo em que a leitura é baseada num texto escrito, que tem características próprias diferentes da fala espontânea (CAGLIARI, 1993, p.155).

A leitura, para as crianças de alfabetização e séries iniciais, é um processo que pressupõe um amadurecimento de habilidades linguísticas em partes diferentes das que ocorrem na produção da fala espontânea. Por isso é um fato de conhecimento comum que as crianças têm dificuldades para realizar uma leitura com mais fluência, por que muitas das vezes não se trabalha as dificuldades apresentadas desde a relação ao entendimento do conteúdo da leitura. O professor deve ter o cuidado para não induzir os alunos a pronúncias artificiais dos segmentos que compõem palavras julgando que assim esteja facilitando o trabalho de leitura da escrita. Nenhuma aprendizagem conhece um ponto de partida absoluto, já que todo o processo a ser trabalhado requer mais assimilação. Um adulto realiza cotidianamente uma série de atos de leitura diante da criança, sem transmitir-lhe uma significação. Seria difícil contabilizar todos os atos de leitura que um adulto efetua e os quais a criança assiste desde muito cedo. Entre esses atos, cotidianos e habituais, devemos incluir a leitura na qual dirige - se especialmente a criança. A criança aprende e compreende muitas coisas, por que a imitação espontânea, não é cópia passiva, mas sim uma tentativa de compreender o modelo. A presença do modelo é necessária, mas os adultos se oferecem aos olhos da criança como modelo indireto, vistos que não são explícitos todos os atos da leitura que realizam.

A maneira como a escola costuma conduzir os alunos na leitura, pode acarretar problemas sérios para a formação do leitor. Para ler não é preciso que a criança conheça todas as palavras do texto. Deixá-la ler, leva a refletir sobre as estratégias da leitura e o conteúdo em si, é fundamental. A leitura não pode ser apenas um instrumento para a confirmação do preconceito sociolinguístico da comunidade em que vivemos. Precisam e devem saber que a leitura de palavras e textos pode apresentar e várias maneiras de se ler. E a escola contribuir para



ampliar essas expectativas. Portanto, ensinar claramente ao aluno o que é próprio da linguagem e o que é próprio do uso que a sociedade faz da linguagem é fundamental.

Leitura e cultura sofrem um impasse inicial. A leitura leva a aquisição da cultura, mas é a cultura que explica muito do que se lê, não apenas o significado literal de cada palavra de um texto. Uma pessoa que não conhece uma cultura tem dificuldade em ler alguns textos até produzido por ela, mas, para adquirir os conhecimentos dessa cultura, quando possível, é interessante ler não só o que os outros disseram a respeito dela, mas o que ela mesma produziu.

A escola deve acompanhar a evolução do mundo, mas ela é também uma guardiã da tradição. Do equilíbrio, entre as duas coisas nascem à formação, que deve dar a seus alunos. Sabemos que a escola deve e pode oferecer aos alunos boas leituras, sem dúvida será uma das grandes heranças da Educação. Sendo o prolongamento da escola da vida, já que a maioria das pessoas, no seu dia a dia, às vezes lê muito mais do que escreve. Deveríamos dar prioridade mais a leitura desde alfabetização.

A escola desconhece a realidade linguística da criança, mas esquece-se de que ela foi capaz de aprender a falar e a entender a linguagem oral mesmo antes dos três anos e de que é capaz de usar essa mesma linguagem oral para dizer tudo o que quer, quando não poderia, de forma alguma ignorar ou destruir essa habilidade já adquirida. Não poderia deixar de reconhecer também o fato de que as crianças aprendem a falar uma variedade do português próprio de suas comunidades, que pode ser bem ou mal vista pelos grupos sociais.

O desenvolvimento da criança na alfabetização e nas séries iniciais ocorre, sem dúvida, em ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não serão recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido. Além do mais, a fim de registrarem a informação, elas a transformam.

As crianças que desde o início têm liberdade para escrever textos espontâneos, da extensão que desejarem, consegue desenvolver na escrita a mesma força de autocorreção que usavam quando aprendem a falar. Em ambos os casos, o excesso de controle por parte dos pais e professores pode causar danos irreparáveis. Escrever espontaneamente pode ser uma tarefa fascinante para os alunos quando o que escrevem é valorizado pela escola e pela família,

não constituindo não apenas um objeto de avaliação escolar. Elaborar livros de redações de classe e individuais é muito motivador, mesmo na alfabetização. Por último é preciso dizer que não basta “reformatar” os professores de alfabetização; é preciso, antes de tudo, reformatar os órgãos encarregados da Educação neste país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação brasileira vem ao longo de sua história passando por sérias dificuldades. Os problemas atualmente enfrentados pela educação são decorrentes do sistema vigente, onde se atribui grande importância a competição e a seletividade, levando com isto a uma maior separação entre as classes sociais. A escola não está desligada da sociedade, portanto, o que vivenciamos hoje em nossas escolas são reflexos da crise econômica e social que o país vem atravessando. No entanto, para que tenhamos uma educação de qualidade é preciso repensar alguns fatores que tem impedido a mesma terem grandes êxitos. Nota-se que cada vez mais os alunos saem dos cursos de qualificação menos qualificados, resultado de uma formação conteudista, sem sentido para vida prática.

É de fundamental importância rever os cursos de formação de professores, visando oferecer a estes profissionais melhores condições para exercerem suas funções com competência e responsabilidade e proporcionando a estes professores uma visão mais ampla de alfabetização e também de criança enquanto sujeito.

Depois das leituras realizadas e das experiências adquiridas no decorrer dos trabalhos realizados em sala de aula, percebemos que a alfabetização tal como vem sendo trabalhada nas salas de educação infantil deste município não se diferenciam das demais do estado e do país. Embora aconteça em realidades diferentes, sua forma de introdução é a mesma. Neste sentido é preciso que os professores da alfabetização e séries iniciais discutam o conceito de alfabetização e que passe a conhecer a mesma como um processo amplo que se inicia muito antes da criança entrar na escola. É preciso também que estes professores passem a ver as crianças, não como meros receptores de informações, mas como sujeitos possuidores de um vasto conhecimento, que precisa ser respeitado e explorado.

Para que isto aconteça é necessário que os professores desenvolvam atividades diversificadas, fazendo com que a criança descubra que escrever não é apenas transformar o que escuta em formas gráficas e que ler não significa reproduzir com a boca o que os olhos reconhecem visualmente. Para isto é preciso que o professor proporcione várias situações envolvendo a leitura e a escrita, pois quanto mais a criança estiver em contato com estas situações maiores serão as chances dela se alfabetizar.

Este trabalho é resultado da dedicação e experiência junto ao curso de pedagogia, onde o cansaço é característica marcante de cada graduando. Ele veio trazer grandes contribuições para nossa prática pedagógica, hoje nossa concepção do processo do ensino-aprendizagem vem mudando gradativamente, ela é bem diferente dos dias de hoje. Vale ressaltar que este trabalho não tem pretensão de fechar a questão da alfabetização na pré-escola, mas que este seja um ponto de reflexão para todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília- **Atirei o pau no Gato**. A pré-escola em serviço 5 ed., 1992, São Paulo.

CAGLIARI, Luiz Carlos – **Alfabetização e Linguística** – 10 ed. São Paulo, 2006.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FERRERO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes médicas, 1985.

\_\_\_\_\_, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_, Emília. **Com todas as letras**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_, Emília. **Alfabetização em Processos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1992. (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_, Emília. **A Vanguarda na Alfabetização**. Revista do Professor Nova Escola. Janeiro/Fevereiro/2001.

Gutierrez, Pérez Francisco. **Linguagem total: Uma Pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1978.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Escola Ciclada de Mato Grosso: Novos Tempos e Espaços para Ensinar**. Aprender a sentir, Ser e Fazer: Cuiabá: Seduc. 2001, 2 ed.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **Alfabetizando com sucesso**: A Comunicação e a Expressão da criança. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

PIAGET, Vygotsky, Wallon: **Teorias Psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

QUELUZ, Ana Gracinda. **A Pré Escola centrada na criança**: Uma influência de Carl R. Rogers. São Paulo: Pioneira, 1984, (Biblioteca Pioneira de ciências Sociais; Educação: Série Caderno de Educação).

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**: Uma Perspectiva Social. 13 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

## JOGOS E BRINCADEIRAS PARA APRENDER MATEMÁTICA

Elisangela Ruiz De Souza<sup>1</sup>

Valdinéia C. B. Q. Muniz<sup>2</sup>

Valquiria Forgiarini<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por título “Jogos e brincadeiras para aprender matemática” e objetivou pesquisar tipos de jogos e brincadeiras que ajudam no aprendizado da matemática, estimulando a aprendizagem da matemática, por meio do uso de jogos e brincadeiras e observar a importância e o valor do lúdico na matemática. Para que esses objetivos sejam alcançados a metodologia usada será de natureza bibliográfica. Após a pesquisa realizada percebemos que, quando se alia jogos e brincadeiras para facilitar o aprendizado em matemática, logo se obtém resultados positivos.

**Palavras-chave:** Jogos, brincadeiras, aprendizado, matemática.

### INTRODUÇÃO

Por ser uma disciplina que os alunos precisam prestar a atenção, usar o raciocínio lógico é considerado muito difícil, complicada de entender, porém os professores devem inserir em sua prática diária atividades diferenciadas que motivem o aluno a aprender a matemática, sendo que é de grande valia que o aluno desenvolva os conhecimentos lógicos matemáticos, compartilhe experiências, desenvolva sua autonomia, tenha um pleno desenvolvimento e que aprenda a matemática de forma divertida, prazerosa e não por obrigação, pois isso pode lhe causar sérios danos.

Como objetivo geral procura-se destacar a importância de jogos e brincadeiras para aprender matemática, no entanto para que isso seja concretizado valem ressaltar que se devem atingir os seguintes objetivos, de pesquisar tipos de jogos e brincadeiras que ajudam no aprendizado da matemática, estimular a aprendizagem da matemática por meio do uso de jogos e brincadeiras e observar a importância e o valor do lúdico na matemática. A metodologia usada para obter os

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

<sup>2</sup> Pós- graduada em Psicopedagogia institucional pela Faculdade à distância EAD UNICID

<sup>3</sup> Pós- graduada em Psicopedagogia institucional pela Faculdade à distância EAD UNIC.

resultados esperados será de natureza bibliográfica procurando assim entender o referido assunto.

Este trabalho está dividido em: a importância do uso de jogos e brincadeiras para facilitar o aprendizado da matemática que destaca a importância de se trabalhar com o lúdico, dentro deste tópico apresenta-se os tipos de jogos e algumas sugestões que podem ser trabalhadas com as crianças, seguindo com a conclusão e finalizando com as referências.

## **1 A IMPORTÂNCIA DO USO DE JOGOS E BRINCADEIRAS PARA FACILITAR O APRENDIZADO DA MATEMÁTICA**

A matemática é uma disciplina que está presente em todas as fases da vida de um ser humano, inicialmente era trabalhado de forma tradicional, onde o enfoque era o aprendizado de conteúdos por meio da memorização.

Com o intuito de se obter resultados mais satisfatórios com relação ao ensino da matemática recomenda-se aos professores que trabalhem com o lúdico, por meio de brincadeiras e jogos.

Segundo Lippmann (2009, p. 169) “Por meio dos jogos, as crianças exercitam sua inteligência e compartilham experiências, o que ocasiona o desenvolvimento da autonomia e a descoberta das propriedades dos objetos e de suas formas lógicas”.

Quando se fala no uso de jogos e brincadeiras é importante destacar que eles devem ser usados de maneira a incentivar o aprendizado e não serem impostos à criança.

Jogos ou brincadeiras pedagógicas são desenvolvidos com a intenção implícita de provocar uma aprendizagem significativa, estimular a construção de um novo conhecimento e principalmente despertar o desenvolvimento de uma habilidade operária [...] aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica. (ANTUNES, 1998, p. 38).

Conforme os PCNs (1997) a maneira de brincar e jogar sofre uma profunda modificação no que diz respeito à questão da sociabilidade. Ocorre uma ampliação da capacidade de brincar: além dos jogos de caráter simbólico, nos quais as fantasias e os interesses pessoais prevalecem, as crianças começam a praticar jogos coletivos com regras, nos quais têm de se ajustar às restrições de movimentos e interesses pessoais. Dessa forma a maneira de brincar e jogar estão

relacionados a um desenvolvimento onde a criança adquire um relacionamento com outras crianças por isso é importante que os jogos e os brinquedos façam parte da escultura escolar, havendo interesses pelas crianças. Portanto, o uso dos jogos / brinquedos educativos com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Matemática são pautados por nove princípios decorrentes de estudos, pesquisas, práticas e debates desenvolvidos nos últimos anos.

1º A matemática é componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais os cidadãos devem se apropriar.

2º A matemática precisa estar ao alcance de todos e a democratização do seu ensino deve ser meta prioritária do seu trabalho docente.

3º A atividade matemática escolar não é “olhar para coisas prontas e definitivas”, mas a construção e a apropriação de um conhecimento pelo aluno, que se servirá dele para compreender e transformar sua realidade.

4º No ensino da matemática, destacam-se dois aspectos básicos: um consiste em relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras), outro consiste em relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos.

5º A aprendizagem matemática esta ligada a compreensão, isto é, à apreensão do significado; apreender o significado de um objeto ou acontecimento pressupõe vê-lo em suas relações com outros objetos e acontecimentos. Assim, o tratamento dos conteúdos em compartimentos estanques e numa rígida sucessão linear deve dar lugar a uma abordagem em que as conexões sejam favorecidas e destacadas. O significado da matemática para o aluno resulta das conexões que ela estabelece entre ela e as demais disciplinas, entre ela e seu cotidiano e das conexões que ele estabelece entre os diferentes temas matemáticos.

6º A seleção e organização de conteúdos não deve ter como critério único a lógica interna da matemática. Deve-se levar em conta sua relevância social e a contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno. Trata-se de um processo permanente de construção.

7º O conhecimento matemático deve ser apresentado aos alunos como historicamente construída e em permanente evolução. O contexto histórico possibilita ver a matemática em sua prática filosófica, científica e social e contribui para a compreensão do lugar que ela tem no mundo.

8º Recursos didáticos como jogos, livros, vídeos, calculadoras, computadores e outras matérias têm um papel importante no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, eles precisam estar integrados a situações que levam ao exercício da análise e da reflexão, em última instância a base da atividade matemática.

9º A avaliação é parte do processo de ensino e aprendizagem. Ela incide sobre uma grande variedade de aspectos relativos ao desempenho dos alunos, como aquisição de conceitos, domínio de procedimentos e desenvolvimento de atitudes. Mas também devem ser avaliados aspectos como seleção e dimensionamento dos conteúdos, práticas pedagógicas, condições em que se processa o trabalho escolar e as próprias formas de avaliação.

Com respeito à educação matemática pode-se dizer que o jogo desempenha um papel muito importante, pois é por meio dele que temos a possibilidade de abrir espaço para a presença do lúdico na escola, não só como sinônimo de recreação e entretenimento. Portanto segundo Kishimoto (1994, p. 22) “Ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança”.

É por meio da ludicidade que as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a memória, a imaginação, concentração, conservação, seriação, reversibilidade, análise e síntese, interpretação, argumentação, organização, entre outras.

## **1.1 Tipos de jogos**

Os jogos em grupo tem a seguinte estrutura, de no mínimo dois jogadores, tem que ter um objetivo a ser atingido por todos os jogadores, sendo que haverá um vencedor ou um grupo de vencedores, ter regras, os jogadores devem assumir papéis interdependentes, opostos e cooperativos e também permitir o uso de estratégias, planos e jogadas eficazes.

Jogos que envolvam figuras e objetos são comuns para as crianças desenvolverem a lógica e o raciocínio espaço-temporal, e para conhecerem os números.

A seguir exemplos de alguns jogos que podem tornar a aprendizagem em matemática divertida e prazerosa.

### **1.1.1 Jogos de cartas:**

Este tipo de jogo ajuda a criança a desenvolver sua autonomia e sua capacidade lógica.

**Material:** Nove conjuntos de quatro cartas de baralhos com figuras de animais. Para começar cada jogador receberá sete cartas.

**Objetivo:** fazer dois conjuntos de três cartas idênticas antes do adversário.  
**Procedimento:** o primeiro jogador começa pegando uma carta, ou do monte de descarte (que neste caso tem apenas uma carta) ou do topo do monte. As cartas



restantes serão o monte para comprar, que deverá ser colocado com a face para baixo, no meio da mesa. A carta de cima do monte de compra é virada e colocada próxima a ele, com a face para cima, para iniciar o monte de descarte.

A criança tentará fazer um conjunto de três cartas idênticas e então descarta uma, com a face virada para cima, no monte de descarte. O jogo continua até que alguém vença, fazendo dois conjuntos de três cartas idênticas.

### **1.1. 2 Jogos de tabuleiro:**

Servem para encorajar as crianças a pensar em estratégias, sendo que os mesmos podem ser criados ou inventados pelos professores a partir de seus objetivos educacionais.

### **1. 1. 3 Jogo da cobra:**

Deve ser jogado a dois. São necessários dois tabuleiros, dois dados e 24 fichas. O objetivo é ser o primeiro a cobrir todos os 12 números de sua cobra.

Os jogadores devem se revezar lançando os dados e cobrindo o número de suas respectivas cobras.

Os números do dado devem ser somados ou subtraídos de modo a cobrir os números a partir do número seis. Se não houver soma ou diferença a ser coberta dependendo do número obtido, o jogador deverá passar a jogada.

### **1.1. 4 Jogos com alvos:**

#### **Bolinhas de gude**

É um bom jogo para contagem e comparação de quantidades. Em uma área para o lançamento das bolinhas, elas deverão rolar até um limite ou espaço geométrico, desenhado com giz ou feito com fita adesiva. As bolinhas arremessadas fora do limite poderão ser guardadas pelo jogador e não há a necessidade de registro, uma vez que é possível contar essas bolinhas. A ajuda do professor é importante.

### **1.1.5 Jogos de esconder:**

Objetos devem ser escondidos e deverão ser encontrados, os mesmos incluem a diversão de um conjunto que envolve a adição e a subtração.

### **1.1.6 Jogo das cinco laranjas:**

As crianças são divididas em dois grupos. Se um desses grupos encontrar, por exemplo, três laranjas, eles deverão saber quantas laranjas ainda precisam procurar.

É importante deixar que as crianças se organizem e dividam as tarefas: Quem quer esconder as laranjas?

Quem quer procurar as laranjas?

## **1. 2 Jogos de raciocínio**

### **1. 2. 1 Caça ao tesouro**

Objetivos: usar habilidades gráficas para resolver um enigma; criar uma legenda para um mapa.

Principais componentes: uso de estratégia, criação de uma notação eficaz, produção de registros.

Materiais: mapa do tesouro; canetinhas coloridas ou lápis de cor. Procedimento: explique que esse jogo é disputado por dois jogadores. Cada jogador precisa esconder quatro tesouros na grade do mapa do tesouro e também adivinhar onde o parceiro escondeu seus tesouros. Dê as crianças as grades ou mapas do tesouro em branco e estimulem que usem coordenadas para identificar os quadrados.

Deixe as crianças pensarem em quatro tesouros e criarem secretamente uma legenda, desenhando um símbolo simples para representar cada um dos quatro tesouros. Por exemplo, elas podem desenhar um círculo para representar uma moeda de ouro, um diamante para representar um anel de diamante, um triângulo para representar um ursinho de pelúcia e um quadrado para representar um presente. Os parceiros devem dizer um ao outro os nomes dos quatro tesouros

escolhidos. Se algum dos tesouros for igual, um dos parceiros deverá substituí-lo por um diferente.

As crianças escondem os quatro tesouros em seus mapas. Por exemplo, sem deixar que o parceiro veja, uma criança desenha um dos símbolos no quadrado C4, outro no E5, e assim por diante.

Então elas se revezam tentando adivinhar a localização dos tesouros do parceiro. Cada criança vai registrar os resultados de seus palpites no próprio mapa, usando o sistema que quiser, de modo que no mapa fiquem registradas duas coisas: sua busca pelo tesouro do parceiro e a localização de seu próprio tesouro. Quanto melhores forem os registros da criança, mais capaz ela será de encontrar os tesouros do parceiro. (Se necessário, ajude as crianças a encontrarem uma maneira de registrar seus palpites. Incentive-as a experimentar diversos métodos).

Se uma criança encontrar um tesouro, ela ganhará outra jogada. O jogo termina quando ambas as crianças tiverem encontrado todos os tesouros.

## **CONCLUSÃO**

A matemática é uma disciplina que não é bem aceita, pois muitos a consideram difícil, um bicho de sete cabeças, e outros, porém vale lembrar que se a mesma for ensinada com o uso de metodologias diferenciadas, como foi apresentada neste trabalho com o uso de jogos e brincadeiras o seu aprendizado se tornará mais divertido e prazeroso.

Quando se utiliza jogos no ensino da matemática, estamos promovendo um contexto estimulador e desafiante para a formação do pensamento do ser humano.

Sendo assim o jogo é um facilitador da aprendizagem, propiciando o desenvolvimento de habilidades como análise de possibilidades, tomadas de decisão, trabalho em grupo, saber ganhar e saber perder estimula a concentração, possibilita o desenvolvimento de habilidades pessoais como exploração, investigação de um contexto, comparação, interpretação, previsão, síntese e tomada de decisão.

Portanto ao ensinar matemática por meio de jogos é desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas, por este motivo é de grande valia que os

professores se dediquem em procurar alternativas para ensinar matemática, fazendo com que os alunos se sintam motivados em aprender e vejam a matemática como uma disciplina divertida e prazerosa.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

KISHIMOTO. Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

**LIPPMANN, Luciane. Ensino da Matemática. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2009.**

## A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DE UMA COOPERATIVA PARA OS PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO SÃO LOURENÇO – MT

FERREIRA-JUNIOR, Milton Ferreira<sup>1</sup>  
OLIVEIRA, Braz da Silva<sup>2</sup>  
JESUS, Esdras Warley Nunes de<sup>3</sup>  
DUARTE, Evaldo Rezende<sup>4</sup>

### RESUMO

Após verificar o estilo de vida dos pequenos agricultores familiares do Vale do São Lourenço e de sua condição de vida, a falta de planejamento de suas atividades, e a baixa de qualidade de vida entende-se que somente organizando-os em Cooperativa será possível mudar este estado. Destaca-se alguns gargalos conhecidos por diversos setores, entre elas a falta de assistência técnica, ausência de tecnologia de produção e qualificação da mão de obra, em consequência a baixa produtividade, dificuldades para comercializar a produção agrícola e pecuária e falta de recursos financeiros. Tornou-se um desafio procurar alternativas para modificar este quadro da agricultura familiar. Conclui-se que o tema Cooperativismo sempre foi proposto nas palestras como uma alternativa viável de organização social para estimular a união dos produtores, para organizar e facilitar as vendas dos produtos no mercado consumidor, possibilitando com esta cooperação uma produção de escala que seja possível atender as necessidades da sociedade. A conclusão é de que a Cooperativa garante a sustentabilidade dos pequenos e médios produtores.

**PALAVRAS CHAVES:** Cooperativismo; Agricultores; Sociedade.

### INTRODUÇÃO

Os Municípios brasileiros estão recheados em seu contorno de propriedades rurais, em sua maioria, são pequenas propriedades que constituem a intitulada Agricultura Familiar.

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração pela Faculdade EDUVALE.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, é docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [professor.braz@hotmail.com](mailto:professor.braz@hotmail.com).

<sup>3</sup> Especialista em Auditoria, Controladoria e Gestão. Graduado em Administração de Empresas. Docente de Administração Financeira e Orçamentária, Agronegócio, Relações Internacionais e Administração de Marketing e Serviços na Faculdade de Ciências Sociais do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [esdraswarley@hotmail.com](mailto:esdraswarley@hotmail.com).

<sup>4</sup> Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. Oficial Administrativo da Prefeitura Municipal de Jacara – MT. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [erezende\\_9@hotmail.com](mailto:erezende_9@hotmail.com).

Em algumas regiões essas propriedades rurais são mais desenvolvidas, como no sudeste e sul do país, em outras, muitas vivem em riscos sociais de sobrevivência, que dependem da intervenção de políticas públicas dos Governos, como é o caso dos pequenos produtores do Vale do São Lourenço.

Após verificar o estilo de vida dos pequenos agricultores do Vale do São Lourenço e de sua condição de vida, a falta de planejamento em suas atividades, a dificuldade em comercializar sua produção, surge uma grande preocupação. A combinação das atividades agrícolas e não agrícolas implica em melhoria da qualidade de vida, porque cumpre, simultaneamente, funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

Diante disso, é necessário promover e contribuir para que essas mudanças aconteçam, através de ações efetivas por meio de planejamento e elaboração de projetos de fomento rural.

Destacam-se alguns gargalhos conhecidos, entre eles, destaca-se a falta de assistência técnica, ausência de tecnologia de produção e qualificação da mão de obra, e, em consequência tem-se baixa produtividade, dificuldades para comercializar a produção agrícola e pecuária e falta de recursos financeiros. Tornou-se, então, um desafio procurar alternativas para modificar este quadro da agricultura familiar do Vale do São Lourenço.

Ao participar de encontros promovidos de cadeias produtivas do estado de Mato Grosso, vê-se que o tema cooperativismo sempre foi proposto e sempre é tema em palestras. A intenção é apresentar o cooperativismo como uma alternativa viável de organização social, para estimular a união dos produtores em associação cooperativa com personalidade jurídica privada, para organizar a produção e possibilitar a comercialização dos produtos no mercado consumidor, possibilitando com esta cooperação uma produção de escala que seja possível atender as necessidades da sociedade.

Sem dúvida, promover a organização de uma propriedade rural, no sentido de produzir produtos que tenham mercado garantido, possibilita incentivar e motivar o produtor rural a permanecer na atividade, diversificando sua produção, e melhorando a renda familiar.

Essa discussão sobre o cooperativismo poderá ser um instrumento disponível de análise para os pequenos produtores, como um novo modelo de

gestão da pequena propriedade, diminuindo os problemas sociais e econômicos, visando o desenvolvimento e crescimento social.

Desta forma, o objetivo é mostrar a importância social e econômica de uma cooperativa para os pequenos produtores do Vale do São Lourenço.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o método assume importância fundamental porque segundo Marconi e Lakatos (2005, p.83) "... o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista".

A escolha do método a ser utilizado na pesquisa deve-se relacionar diretamente com a situação problemática proposta. Os métodos são moldados de acordo com o objetivo do trabalho científico e com os resultados que se busca alcançar com a pesquisa. As pesquisas científicas não utilizam apenas um método, dependendo de sua abrangência, podem empregar todas as técnicas necessárias para delinear o estudo.

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso que é, de acordo com Gil (1996, p. 58) "... estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados". O estudo de caso é um método de pesquisa e é definido por Young (1960) *apud* Gil (1996, p. 59):

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. (YOUNG, 1960, p. 269)

Outro conceito para estudo de caso é o de Vergara (2005, p. 49) que diz o seguinte: "... estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizada no campo".

Como qualquer método científico, o estudo de caso apresenta vantagens e limitações. Segundo Gil (1996, p. 59) as vantagens do estudo de caso são:

O estímulo a novas descobertas. Em virtude da flexibilidade do planejamento do estudo de caso, o pesquisador, mantém-se atento a novas

descobertas. Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode-se deparar com aspectos importantes para a solução do problema e que antes não eram previstos.

A ênfase na totalidade. O pesquisador abrange todas as dimensões do problema, focaliza-o como um todo. Não se limita à análise individual.

A simplicidade dos procedimentos. A coleta e análise de dados são bastante simples, pois utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível que os demais relatórios.

Seguindo as considerações feitas por Gil (1996, p. 60), o estudo de caso também apresenta limitações, das quais a mais grave é a dificuldade de generalização dos resultados, pois, pode ocorrer que a unidade em estudo seja atípica às muitas de sua espécie.

A presente proposta de estudo de caso tem característica descritiva. De acordo com Vergara (2005, p. 47) "... a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve...".

## **A FORÇA DO COOPERATIVISMO NO VALE DO S, O LOURENÇO – MT E SUA FORÇA DE EXPANSÃO**

No Vale São do Lourenço - MT a força do cooperativismo teve início na implantação da Comajul – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira, desde 1978, sua criação visava apoiar o pequeno produtor do Vale do São Lourenço seu idealizador Johanés Bertold Hennig (padre João), contribuiu inclusive com recursos advindos da Itália.

Capital Mato-Grossense enfrentava sérias dificuldades com o abastecimento de leite, padre Johanés (João) sugeriu a Comajul, comprar de um pequeno laticínio em Cuiabá, nesta época a cooperativa assumiu diversas responsabilidades, conforme descreve a revista Comajul – Cooperando, set. 2010, "a cooperativa praticamente assumiu a responsabilidade pelo abastecimento do leite tipo "C" no mercado da Área metropolitana. A produção da Comajul inicialmente destinava ao mercado de Cuiabá e Várzea Grande". (Revista Cooperando, 2010, p.5), expansão da Comajul em alguns Municípios, ajudou a consolidar a atuação do cooperativismo em Mato Grosso – Brasil, com a geração



de empregos diretos e indiretos na região sul do Estado, sendo uma opção de renda ao produtor rural na produção de leite.

Em 1988, através do convenio com a COPLEIBA (Cooperativa dos Produtos de Leite de Cuiabá), a Comajul iniciava no setor leiteiro, com a criação do posto de resfriamento, sendo que anos após adquiriu o laticínio São Bento no Município de Dom Aquino e o laticínio Vale do São Lourenço em Jaciara, cujas atividades além do resfriamento, também passou a beneficiar leite pasteurizado o tipo C e a produzir queijo Mussarela, prato e parmesão e atualmente produz ainda manteiga, bebida láctea, iogurte, requeijão e doce de leite”. ([www.comajul.com.br](http://www.comajul.com.br)) [grifo nosso]

Após a fundação da Comajul, Juscimeira enfrentava diversos problemas, destacado na Revista Cooperando, conforme segue.

[...] Juscimeira enfrentava problemas agrários em razão da luta pela terra. Padre João entrou em cena: em 1982 comprou uma Área em Nobres (agora pertencente a Nova Mutum) e implantou o projeto Ranchão, que assentou trabalhadores rurais em parcelas e medidas diversas, cobrando preços irrisórios pelas mesmas. (Revista Cooperando, 2010, p.5).

Com a implantação do projeto “Ranchão”, continuou a expansão da Cooperativa Comajul com as instalações das filiais na Gleba Ranchão, para viabilizar a atividade econômica aos assentados. Houve expansão da cooperativa em Rondonópolis/MT, Rio Branco/MT e São Jose do Povo/MT, Brasil.

Percebe-se que o espírito empreendedor do Padre João conseguiu estabelecer na região do Vale do São Lourenço e em Mato Grosso, com pessoas e culturas totalmente diferentes, o espírito cooperativista.

Além da fundação da Comajul, fundou a Credijul – Cooperativa de Crédito (hoje Sicred), emprestando recursos que sobravam dos investimentos para apoiar produtores rurais em melhorar suas estruturas físicas.

Com o crescimento da Cooperativa de crédito - Sicred, o conceito do cooperativismo vem assumindo patamares de credibilidade cada vez maiores outras iniciativas como a fundação da cooperativa de transporte - Coopertransvale e a Coodervale, também são exemplos de que o sistema Cooperativo pode alavancar o desenvolvimento e o fortalecimento dos produtores do Vale do São Lourenço - MT.

## **RELATOS E EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES COMO MODELO DE COOPERAÇÃO NO EXTERIOR**

Analisando diversas obras encontra-se que os problemas sociais são muitos, na Itália a partir da década de 1970 deixou de ser um Estado unitário, a

reforma administrativa criou 20 regiões com capacidade de autogoverno, Para compensar as diferenças regionais o governo central adotou um programa de distribuição de recursos e de aplicação de investimentos diferenciado. Putnam descreve:

Primeiro, em 1970, criaram-se simultaneamente 15 novos governos regionais com estruturas e mandatos constitucionais basicamente idênticos. Em 1976/77, após acirrada luta política que será descrita no capítulo 2, todas as regiões passaram a ter autoridade sobre uma ampla gama de assuntos públicos. Em contraste parcial com essas 15 regiões “ordinárias”, outras cinco “especiais” tinham sido criadas alguns anos antes, com poderes constitucionais um pouco mais amplos. Essas cinco regiões situavam-se em Áreas limítrofes que foram ameaçadas por um movimento separatista no final da II Guerra Mundial. Em certos aspectos, os governos regionais especiais se distinguem pelo fato de serem mais antigos e terem poderes mais amplos. (PUTNAM, 2006, p. 22).

As experiências vividas Putnam na Itália em duas décadas por volta de 1970-1990, segundo comentários de KERBAUY do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara – SP retrata como a Itália saiu de um estado dividido em regiões para um processo de integração regional.

A partir da análise de duas décadas dos novos governos regionais, criados na Itália, em 1970, o autor busca comprovar empiricamente a importância da "comunidade cívica" para o desenvolvimento de instituições eficientes.

Por desempenho institucional o autor entende não apenas "as regras do jogo", uma vez que as instituições são mecanismos para alcançar propósitos e não apenas para alcançar acordos. Neste sentido, o conceito de desempenho institucional tem como base um "modelo bem simples de governança: demandas sociais -> interação política -> governo -> opção de política -> implementação. [grifo nosso] As instituições governamentais recebem subsídios do meio social e geram reações a esse meio" (Robert D. PUTNAM, p.24, 2006)

O autor programa sua viagem passando por seis regiões de Seveso (cidade da Lombardia, perto de Milão) no norte, a Pietrapertosa no sul da Itália ( cidade da Região da Basilicata), para realizar uma análise da evolução de cada governo, isso incluiu uma comparação “antes” e “depois” para avaliar o impacto das mudanças, reforma e desempenho institucional.

As seis regiões escolhidas são demonstradas no mapa abaixo: como a Lombardia, Venécia, Emilia Romagna, Lácio, Puglia e Basilicata.



ILUSTRAÇÃO 1 – Estudo das Regiões Italianas. Fonte: PUTNAM, 2006,p.24

O Caso de implantação dos governos regionais da Itália tornou-se uma oportunidade única para Putnam pesquisar sistematicamente o nascimento dessas instituições.

Putnam entende que o desempenho institucional está relacionada ao atendimento das demandas sociais e comenta. “Para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas” (PUTNAM, 2006, p.25)

O desempenho institucional está relacionado a um bom governo regional, porque afinal a qualidade do governo interessa as pessoas que viviam nas 20 (vinte) regiões da Itália, nos atendimentos na Área de saúde, estradas, educação, criar novas creches, pôr mais guardas na rua e assim por diante. Enfim, comenta “Arturo Israel, especialista em desenvolvimento do Terceiro Mundo, diz que é mais fácil construir uma estrada do que formar uma organização para manter essa estrada” (PUTNAM, 2006, p.25)

A pesquisa iniciada por Putnam em 1970, diz respeito às questões relativas ao projeto institucional (governo regional), e destaca que o que diferenciou na pesquisa foram os fatores ambientais, contexto econômico e a tradição política, Putnam descreve que

Por outro lado, o fato de o modelo institucional ser uma constante na experiência regional italiana significa que podemos identificar mais seguramente a influência de outros fatores no êxito institucional. [grifo nosso] (PUTNAM, 2006, p.26)

Para avaliar os novos governos regionais criou índices de desempenho institucional, conforme a tabela a seguir (PUTMAN, 2006, p.88).

Indicador de desempenho	Carga fatorial
Legislação reformadora, 1978-84	0,874
Creches, 1983	0,851
Habitação e desenvolvimento urbano, 1979-87	0,807

TABELA 1

Décadas dos novos governos regionais, criados na Itália, em 1970, o autor busca comprovar empiricamente a importância da "comunidade cívica" para o desenvolvimento de instituições eficientes.

A natureza da vida cívica tem papel central na análise do autor, cujo objetivo é investigar as origens do governo. A comunidade cívica se caracterizaria por "cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público.

A avaliação do desempenho dos governos regionais italianos, feita por Putnam, a partir dos indicadores acima, mostrou que aqueles governos (20) chegaram a resultados diversos. Os governos que tiveram melhor desempenho institucional foram os da Itália do norte, os que tiveram pior desempenho foram os da Itália sul. Neste ângulo Putnam se concentra em duas possibilidades genéricas: "Modernidade socioeconômica, isto é, as consequências da revolução industrial"; "Comunidade cívica", isto é, os padrões de participação cívica e solidariedade social". (PUTNAM, p.97,2006) (grifo nosso) Nessas duas vertentes expostas acima, vamos compreender a primeira possibilidade a "modernidade econômica" que trata dos relatos sobre a revolução industrial na Itália, isso constrói uma visão holística sobre as causas do desenvolvimento, então o que Putnam comenta:

O mais importante acontecimento social econômico verificado na sociedade ocidental nos últimos séculos foi a Revolução Industrial e suas consequências, esse grande divisor de águas da história da humanidade que a mais de 100 anos fascina teóricos, sejam eles marxistas ou não". (PUTNAM, 2006, p.97,)

Sem dúvida a modernização foi uns dos fatores que explica o bom desempenho institucional dos governos regionais na Itália nas regiões do norte, nessas duas décadas de pesquisa de Putnam, com relação do sul, poderia questionar que na divisão pelo Governo Central as regiões mais desenvolvidas recebiam mais recursos financeiros, o que não é verdade, isso ficou claro na pesquisa de Putnam, então veja:

De fato, nossa análise de desempenho institucional revelou que muitas das regiões mais atrasadas dispõem de mais recursos do que são capazes de despende...que essa distribuição fiscal aparentemente não basta para compensar a enorme diferença na infraestrutura socioeconômica e tecnológica.

A modernização econômica está de algum modo associada ao bom desempenho das instituições públicas – isso está claro. O que nossa pesquisa até agora não esclareceu é se a modernidade é uma das causas do desempenho (talvez uma entre várias) se ambas as coisas são influenciadas por um terceiro fator. [grifo nosso] (PUTNAM, 2006 p. 100)

Na segunda possibilidade genérica trazida a baila pelo autor, trata-se da comunidade cívica, retratada no capítulo 4, inúmeros fatores como participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança e tolerância, Associações: estruturas sociais de cooperação e teorias sobre a comunidade cívica, por isso, segue alguns comentários descritos sobre os assuntos.

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e independência. ...Tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo. (PUTNAM, 2006, p.102)

Percebe-se, que certas estruturas e práticas sociais como as associações e cooperativas ajudam a reforçar as normas e valores da comunidade cívica, essas associações civis contribuem para a eficácia e estabilidade do governo democrático, ajudando a resolver diversos problemas sociais existentes, os internos dos sócios e externos como da sociedade. Putnam comenta que Alex Tocqueville, teórico social, que estudou a Democracia na América, afirmou, “somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as ideias, engrandece o coração e promove o entendimento”. (PUTNAM, 2006, p.103)

Reportando tais assuntos à atualidade do Vale do São Lourenço, verifica-se que a necessidade de melhorar a desenvoltura das instituições públicas, com aplicabilidade principalmente no setor educacional de certos valores cívicos para despertar a participação ativa da comunidade nas ações políticas, deixando de lado o interesse próprio, para buscar as conquistas no contexto social.

A Área rural do Município de Jacara- MT encontra-se afastada do processo e dos projetos institucionais, justamente pela ocupação do tempo no trabalho diário para a sobrevivência e conquista de melhores condições de vida.

Neste sentido no âmbito externo a articulação de interesses é identificada com maior vigor quando representadas por meio das associações secundárias. Como retrata Tocqueville *apud* Putnan (2006).

Quando uma associação representa alguma corrente de opinião, ela tem que assumir uma forma mais definida e mais precisa. Ela tem seus adeptos e os engaja em sua causa; esses adeptos travam conhecimentos entre si, e quanto maior o seu número, maior o entusiasmo. Uma associação congrega as energias de espíritos divergentes e firmemente os orienta para um objetivo claramente definido” (PUTNAM, 2006, p.104)

Outra visão deve trazer uma contribuição essencial para este trabalho para sintetizar o estudo de caso da Coodervale, são os estudos sobre o desenvolvimento do terceiro mundo de Esman e Uphoff , eles concluem que as associações locais têm papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem sucedidas:

• essencial contar com uma vasta rede de associações para poder verdadeiramente combater a pobreza em massa nas condições que deverão prevalecer na maioria dos países em desenvolvimento num futuro previsível. (...) Embora sejam necessários outros elementos – investimento em infraestrutura, políticas públicas subsidiárias, tecnologia apropriadas e instituições burocráticas e de mercado -, não podemos conceber nenhuma estratégia de desenvolvimento rural que combine aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas locais não tenham papel destacado. [grifo nosso] (ESMAN, UPHOFF *apud* PUTNAM, 2006, p.104)

Combater a pobreza tem sido um assunto bastante discutido quando falamos de políticas públicas. Esse assunto foi discutido na América Latina por meio da CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe, que organizou no ano de 2001 a Conferência *“Hacia un nuevo paradigma: capital social y reduccion de la pobreza en América Latina y el Caribe”*. Nessa conferência, foram discutidos os conceitos de capital social e diversos autores publicaram resultados de suas pesquisas sobre o tema. Aqui, destaco Putnam com sua pesquisa na Itália e Guillermo Sunkel, frisa que o conceito de capital social entrou no debate acadêmico promovido pelas agências internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que descreve:

Afirma que o Banco Mundial, ao reconhecer o potencial do capital social, destinou recursos para investigar de que maneira esse componente habilita os setores pobres a participarem e beneficiarem-se do processo de desenvolvimento”. (TONELLA, 2003, p.188).

Guillermo Sunkel, afirma ao fazer um balanço geral, que as pessoas que vivem riscos sociais de pobreza podem resolver seus problemas com a criação de organizações coletivas, tais como associações e cooperativas.

Ao fazer um balanço da literatura sobre capital social, elenca temas recorrentes e que se pode considerar como aspectos ou dimensões do capital social: participação em redes, reciprocidade, confiança, normas sociais e propositividade. Entende que o capital social representa uma visão positiva da capacidade das pessoas em superar suas limitações, fruto da pobreza: os pobres têm o potencial para atenuar as desigualdades por meio de iniciativas como a criação de redes e da organização coletiva. (TONELLA, 2003 p.188,) (grifo meu).

Os teóricos nessas última décadas discutiram amplamente as questões da desigualdade e pobreza, capital social, políticas públicas, os valores das instituições, assim a pesquisa desenvolvida por Putnam descarta a tese que associa a democratização à modernização econômica (industrialização), pois:

1) As regiões que mostraram melhor performance institucional não coincidem com as que receberam mais recursos ou investimentos;

2) Apesar de admitir a existência da conexão entre modernidade econômica e democratização, Putnam acha que ela não é direta, precisando de um elemento que diferencie as comunidades.

Por isso, Putnam (1.996) ao enfatizar as características da comunidade cívica, deixa claro que esses fatores foram elementos catalisadores para que o norte da Itália atinge-se índices favoráveis de crescimento e desenvolvimento social, com relação ao sul, aliados a modernização, são eles:

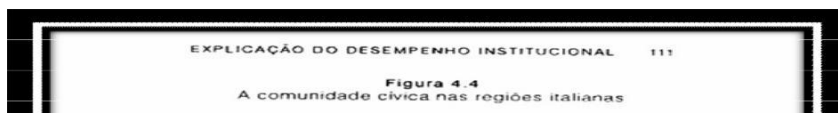
- Participação cívica: disposição dos cidadãos para a busca do bem comum;

- Igualdade política: os cidadãos agem como iguais, não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes;

- Solidariedade, Confiança e Tolerância: nesta comunidade os cidadãos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros;

- Associações: são estruturas sociais que incentivam e viabilizam a cooperação (clubes, associações, cooperativas, desportivos, recreativos, atividades culturais, científicas, técnicas, profissionais, educacionais, trabalho, saúde e etc.).

A explicação do desempenho institucional dos governos regionais está representada no quadro abaixo:



## ILUSTRAÇÃO 2 –

O norte da Itália está localizado as regiões mais cívicas, quanto que no sul as menos cívicas, o mapa ilustra o nível de civismo nas 20 regiões da Itália. Para o leitor dessa monografia, precisa se identificar com mais clareza de certos costumes da vida cívica de uma comunidade, para isso, recorre-se aos diversos comentários e ilustrações, realizados por Putnam na sociedade Italiana.

Nas regiões menos cívicas, a esmagadora maioria desses encontros envolve pedido de emprego e pistolão, enquanto na Emilia é mais provável que os contatos digam respeito a assuntos legais ou da administração. Na Puglia ou na Basilicata, normalmente um conselheiro recebe diariamente cerca de oito a 10 pedidos de emprego ou outros favores, contra cerca de um pedido desses por dia na Emilia-Romagna..... Até agora nosso exame das características que distinguem as comunidades cívicas das menos cívicas concentrou-se no comportamento do cidadão comum, mas existem também diferenças reveladoras no que diz respeito ao caráter das elites políticas nos dois tipos de região. Nas regiões menos cívicas, como vimos, a política se caracteriza por relações verticais de autoridade e independência, tal como corporificadas no sistema clientelista. A política nessas regiões é fundamentalmente mais elitista.....Os líderes políticos na regiões cívicas apoiam mais entusiasticamente a igualdade política do que seus colegas das regiões menos cívicas. (PUTNAM, 2006, p.115)

A história molda a construção de uma sociedade, a partir do século XII o Norte e o Sul da Itália passaram a ser governados por regimes distintos os quais se apresenta algumas características:

O Sul: 1) monarquia normanda autocrática; 2) forte máquina administrativa burocrática; 3) reforçou os direitos feudais dos barões; 4) o rei Frederico II delineou os vínculos divinos da coroa; 5) após a morte de Frederico II, os barões se fortaleceram e aperfeiçoaram seu domínio sobre as cidades.

Surpreendentemente, para a época, o reinado normando praticava a tolerância religiosa e dava liberdade ao culto a mulçumanos e judeus. Os reis normandos patrocinaram um extraordinário florescimento das artes grega, Árabe, judaica, latina e italiana,.....de Rogério II a Frederico II, a



corde era chamada de “república dos sábios” (....) No campo social e político, porém o Sul era e continuaria sendo estritamente autocrático, modelo de autoridade que fora reforçado por Frederico II... (PUTNAM, 2006, p.134 e 135)

O Norte: 1) as cidades da Itália do norte e Central tornaram-se “ilhas” de governos autônomos num “mar” de governos feudais; 2) seus cidadãos estabeleciam (pela persuasão) as leis e as decisões que governavam suas vidas; 3) o desenvolvimento de laços associativos entre os habitantes das comunas foi a principal estratégia para vencer a insegurança gerada pela violência e descontrole social da época; 4) as guildas tinham como principal função a promoção da ajuda mútua; 5) a partir do século XIII os vários estratos sociais e classes profissionais passaram a contar com direito de representação nos conselhos comunais.

Na primeira metade do século XIII, as guildas tornaram-se a espinha dorsal de movimentos políticos radicais que lutavam pela distribuição do poder nas comunidades em bases mais amplas do que antes (...). Apropriaram-se do termo *popolo* [povo] com sua forte conotação democrática. Por volta de 1250, o *popolo* conquistará uma posição de destaque nas constituições das principais comunas”. (PUTNAM, 2006, p. 137).

Para Putnam (1996) a Itália conseguiu criar por meio das históricas tradições cívicas distintas entre as 20 regiões italianas, no Sul autoritarismo governamental, desconfiança do cidadão com relação ao governo e ao Norte, confiança em relação ao governo, participação da sociedade nos projetos institucionais, democracia participativa.

O Capital Social trata de um conjunto de ações e crenças compartilhado ao desempenho institucional de um bom governo, conquista a confiança da população e em termos políticos o Capital Social torna-se produtivo quando consegue resolver os problemas e dilemas coletivos.

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. • vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossa colheitas por falta de confiança mútua”. (David Hume, livro III, parte II, seção V).

Este pensamento de David Hume esclarece bem e traz um novo contexto para interpretação, por que algumas regiões são mais próximas que outras, o que falta para atingirmos o conceito ideal de comunidade cívica, desempenho

institucional, capital social, dentre outros conceitos que poderão contribuir realizar as mudanças que se deseja na Área rural.

Voltando ao início da leitura do livro de Putnam, conclui-se que o resultado das ações dos governos italianos está na diferença cívica da população do norte e do sul.

O êxito das instituições está fortemente relacionado com as diferenças na vida cívica. Essa relação explica por que certas regiões são mais cívicas do que outras. Para o caso estudado - a Itália -, foram encontradas diferenças regionais sistemáticas nos modelos de engajamento cívico e solidariedade social e, segundo o autor, "tais tradições tiveram consequências decisivas para a qualidade de vida, tanto pública quanto privada, hoje existente nas regiões italianas" (PUTNAM, 2006, p.31).

Putnam (2006) apresenta argumento que se encaixam neste estudo, quando fala das estruturas sociais e os padrões de comportamento. Assim ele cita que:

as estruturas sociais e os padrões de comportamento que configuram a "comunidade cívica. Parte-se do princípio de que as atitudes e as práticas constituem um equilíbrio mútuo pois as instituições de cunho cooperativo requerem aptidões e confiança interpessoais, mas essas aptidões e essa confiança são igualmente inculcadas e reforçadas pela colaboração organizada. As normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são, por sua vez, reforçados por esta prosperidade. [grifo nosso] (PUTNAM, 2006, p.190).

Outra experiência interessante fora do Brasil ocorreu em um pequena aldeia de 652 aldeões a oeste de Groningen, na Holanda, chamada de Oostwold, estava sendo desabitada pelos moradores, o marceneiro, açougueiro, encanador e o leiteiro mudaram da cidade, em virtude de ter fechado a sua principal fonte de renda a fábrica de aglomerado, empresa que empregava a maioria das pessoas. "Assim, Oostwold se transformou num lugar sem alma, um dormitório". (Seleções, 2012 p.92, ed. março)

Os relatos mostram que uma pesquisadora da universidade de Groningen se mudou para a aldeia, conforme narrado abaixo:

Jannie Kootstra, frisia destemida, morou muitos anos com o marido em Groningen. Em 2000, começou a procurar um lugar verde e tranquilo para criar os filhos, de preferência a uma distância que lhe permitisse ir de bicicleta para o Centro Médico da Universidade de Groningen, onde era pesquisadora de reabilitação. Fizemos um círculo no mapa em volta da cidade – conta Jannie, hoje com 46 anos. – Foi assim que descobrimos Oostwold". (Seleções, 2012, ed. de março, p.92).

Outro morador da localidade de Oostwold, Derk Freenstra planejava despertar a sonolenta comunidade, a pesquisadora era a pessoa certa para ajudar

a Derk nas ações. Após várias reuniões com a comunidade concluíram que faltava na aldeia um supermercado, mas todos achavam que a aldeia era pequena demais, foi quando Jannie e Derk deram uma ideia, descrita pela revista, “Jannie e Derk já esperavam por isso. Mas tinham a resposta. Se todos os aldeões se dispusessem a participar de uma cooperativa, em que todos seriam donos igualmente, a loja daria certo” (SELE“-ES, 2012 p.93, ed.março)

Após inúmeras tentativas montaram a cooperativa e instalaram o supermercado na região central da aldeia e os comentários são os melhores, senão vejamos:

É maravilhoso vocês terem conseguido. Eu teria desistido há muito tempo – diz a mulher na loja.- E outra completa: - agora aqui é o coração da aldeia. Vocês trouxeram a vida. Jannie sorri quando Derk diz: Lembra quando não havia nada aqui? Naquela época ninguém acreditava. Mas tudo mudou quando o chão se abriu para os alicerces. De repente, muita gente vinha ver o progresso da obra. E surgiu a fé: pode dar certo. (Seleções, 2012, p.95, ed. março)

## **HISTÓRIA, VIDA E CONTRIBUIÇÃO DO DESBRAVADOR DO COOPERATIVISMO NO MATO GROSSO E NO VALE DO SÃO LOURENÇO – MT**

O desbravador do Cooperativismo no Mato Grosso com muita coragem para enfrentar as dificuldades da região centro oeste do Brasil, Padre Johannes Berthold Henning, mais conhecido como padre João, nascido na cidade de Bodenrode/Eichesfeld, na Alemanha Oriental comunista, em 7 de julho de 1934. Sua família trabalhava com a lavoura e o pai também se tornou pedreiro. Durante a segunda guerra mundial seu pai foi convocado para ir a batalha como soldado em 1941. Quanto a sua participação ativa no clero Católico, acredita-se que Padre João tenha se envolvido com a filosofia de comunidade cívica, conforme Putnam (2006, p.120, 122).

A religião organiza, pelo menos na Itália Católica é uma alternativa à comunidade cívica e não um elemento integrante desta. Ao longo da história italiana a presença do papado em Roma, influenciou fortemente a Igreja Italiana a sua relação à vida cívica (...) A ação católica era duas ou três vezes mais fortes na região do norte, mais cívicas e mais propensas ao associacionismo, do que nas Áreas menos cívicas.

Sua avó viúva da Primeira Grande Guerra foi a grande responsável por ensinar a Johannes a prática religiosa católica, relatos escritos pela Coordenadora Diocesana das Pastorais Gracília de Miranda Silva.

Iniciou sua prática religiosa ainda criança. Aos sete anos era coroinha. Realizou seus estudos básicos na cidade natal e em MZnnerstadt concluiu o ginásio e o científico, o ano de 1953. Trabalhou na roça com a mãe, cuidou de gado. Dirigia trator e quando jovem depois que deixou seu país por causa do comunismo trabalhou como mineiro, servente de pedreiro, jardineiro, operário de uma fábrica de borracha e fábrica de cerveja. Considera como segundo pai o casal de SaarbrZcken, que “adotaram” os jovens irmãos Johannes (João) e Helmuth (padre Mário) como filhos amados.

Em 1958 terminou o curso de pedagogia e começou a lecionar. Em 1959 ingressou no seminário diocesano de Fulda. Sempre teve desejo de ser missionário e no seminário coordenou um grupo de oração que rezava pelas missões.

Foi ordenado diácono em 1961 e padre no dia 14 de abril do ano seguinte, na catedral de Fulda (Alemanha). Foi vigário da diocese. O sonho de ser missionário só se concretizou quando chegou ao Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro no dia 15 de junho de 1967. Residiu em Petrópolis com os frades Franciscanos para praticar a língua portuguesa, enquanto isso trabalhou na Baixada Fluminense. Em outubro desse mesmo ano chegou a Pedra Preta substituindo Frei Servácio que estava muito adoentado. Em dezembro Dom Wunibaldo apresentou-lhe a Paróquia Bom Jesus de Juscimeira onde viveu intensamente sua missão. (COOPERANDO, 2010 p.03, ed. setembro).

Em todo trabalho científico, o método assume importância fundamental porque segundo Marconi e Lakatos (2005, p.83) “... o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

A escolha do método a ser utilizado na pesquisa deve-se relacionar diretamente com a situação problemática proposta. Os métodos são moldados de acordo com o objetivo do trabalho científico e com os resultados que se busca alcançar com a pesquisa. As pesquisas científicas não utilizam apenas um método, dependendo de sua abrangência, podem empregar todas as técnicas necessárias para delinear o estudo.

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso que é, de acordo com Gil (1996, p. 58) “... estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”. O estudo de caso é um método de pesquisa e é definido por Young (1960) in Gil (1996, p. 59):

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família,

um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.  
(YOUNG, 1960, p. 269).

Outro conceito para estudo de caso é o de Vergara (2005, p. 49) que diz o seguinte: “... estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizada no campo”.

Como qualquer método científico, o estudo de caso apresenta vantagens e limitações. Segundo Gil (1996, p. 59) as vantagens do estudo de caso são:

d) O estímulo a novas descobertas. Em virtude da flexibilidade do planejamento do estudo de caso, o pesquisador, mantém-se atento a novas descobertas. Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode-se deparar com aspectos importantes para a solução do problema e que antes não eram previstos.

e) A ênfase na totalidade. O pesquisador abrange todas as dimensões do problema, focaliza-o como um todo. Não se limita à análise individual.

f) A simplicidade dos procedimentos. A coleta e análise de dados são bastante simples, pois utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível que os demais relatórios.

Seguindo as considerações feitas por Gil (1996, p. 60) o estudo de caso também apresenta limitações, das quais a mais grave é a dificuldade de generalização dos resultados, pois, pode ocorrer que a unidade em estudo seja atípica às muitas de sua espécie.

A presente proposta de estudo de caso tem característica descritiva. De acordo com Vergara (2005, p. 47) “... a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve...”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após pesquisar todas as variantes desta monografia, que analisou a evolução das regiões italianas por 20 (vinte) anos através de Putnam, experiências

na Holanda onde a cooperativa revitalizou as atividades da aldeia de Oostwold, o legado deixado pelo padre Johanes (João) como idealizador do cooperativismo em Mato Grosso, com a criação da Comajul, Credijul hoje Sicred, que viabilizaram o desenvolvimento regional e Estadual, demonstra que o caminho para o pequeno produtor da região da Vale do São Lourenço, está na busca da cooperação, buscar a união dos produtores para atingir uma maior produção e tantos outros fatores que poderão beneficiar os agricultores, como a compra de insumos, de equipamentos e suplementos em geral.

A Cooperativa como um caminho para o exercício da vida cívica, participação ativa da vida política dos Municípios, as instituições fortes modificam os projetos institucionais, para a melhoria de qualidade de vida do produtor e mudanças sociais. Conclui-se que uma Cooperativa assume papel importante para a sustentabilidade dos pequenos produtores do Vale do São Lourenço.

Os argumentos apresentados pelos diversos autores que foram pesquisados mostram que os produtores organizados em Cooperativas tem oportunidades de se preparar, de receber treinamentos, de receber orientação, receber assistência técnica e ter acima de tudo um conjunto de equipamento que vai permitir diversificar a produção e obter melhores rendimentos. Assim fica evidenciado de que um produtor estando amparado pelo sistema cooperativo tem mais oportunidades de viver melhor. Deste modo a hipótese primária está confirmada, e se fundamenta nos argumentos de Putnan (2006).

As famílias de pequenos produtores que estão organizados em cooperativas tem alcance maior e garantem as melhores oportunidades de estudar em escola, pois os filhos podem estudar, obtêm condições de interagir com pessoas da sociedade, conhecerem e conviver com outras culturas o que enriquece o crescimento dos agricultores, visto que entre as famílias existe diferenciação de tamanho da propriedade, de forma de vida e de convivência. Mais uma vez em em Putnan (2006), encontramos o fundamento para a confirmação da segunda hipótese, bem como no exemplo do Pe João e Sem (2000).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988 **Enciclopédia luso-brasileira**, volume 5, pag. 1.646, et al BIBL. C. Gide, *les Sociétés Coopératives de consommateur*, pa., 1958);

Enciclopédia Mirador Internacional, vol. 6, pag. 2.862 a 2.864; HUME, David, livro III, parte II, seção V **MANUAL DE COOPERATIVAS**, 2001, p. 11; MORAIS, et al, 2011, p.74-75),

NETO, João Mendes da Rosa. **Políticas Públicas como Instrumentos para a Formação Cidadã: Ênfase na ética e Sustentabilidade** - Faculdades Integradas da UPIS Brasília, (DF);

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia- a experiência da Itália Moderna**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia- a experiência da Itália Moderna**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

TONELLA, Celene: **Capital Social e Redução da Pobreza: o ponto de vista da cepal**, 2003 p.188

#### *Revistas Consultadas*

Revista Seleções, p.92, ed. março, 2012 Cooperando- Edição Especial em setembro de 2010

#### *Sites Consultados*

<http://www.coopersulca.com.br/cooperativismo/historico/cooperativismo-no-brasil;>

## O FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA OBTENÇÃO DE RESULTADOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS DE DOM AQUINO – MT

Crislaine Barcelo Andrade <sup>1</sup>

Braz Da Silva Oliveira <sup>2</sup>

Esdras Warley Nunes De Jesus <sup>3</sup>

### RESUMO

A lucratividade das empresas já não é mais definida com a força bruta de seu serviço prestado, mas sim de uma série de fatores administrativos que interagem entre si, formando uma gestão sólida que irá eficientemente levar o empreendimento a um nível organizacional lucrativo. Um desses fatores é a administração financeira, onde se torna claro a sua missão junto ao corpo administrativo. A administração do fluxo de caixa é muito importante para a administração financeira e conseqüentemente para a empresa, pois o gerenciamento dos recursos, a entrada e saída destes, é algo que se deve ter grande controle e cuidado, a fim de propiciar agilidade e segurança nas tomadas de decisões no corpo administrativo. Este trabalho tem como tema o fluxo de caixa no planejamento financeiro para obtenção de lucro. A pesquisa foi realizada em uma empresa de laticínios de Dom Aquino - MT e os resultados obtidos mostraram que existe uma diferença significativa no exercício do fluxo de caixa.

**PALAVRAS-CHAVE:** fluxo de caixa; administração financeira; finanças; administração. Recursos.

### INTRODUÇÃO

Em virtude das constantes mudanças ocorridas neste século, devido aos avanços tecnológicos. As empresas estão cada vez mais preocupadas com a sua sobrevivência neste novo cenário, pois elas necessitam se adaptar aos meios tecnológicos, para assim prestar informações precisas e com rapidez, dessa forma

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá. Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [professor.braz@hotmail.com](mailto:professor.braz@hotmail.com).

<sup>3</sup> Especialista em Auditoria, Controladoria e Gestão. Graduado em Administração de Empresas. Docente de Administração Financeira e Orçamentária, Agronegócio, Relações Internacionais e Administração de Marketing e Serviços pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: [esdraswarley@hotmail.com](mailto:esdraswarley@hotmail.com)



a competitividade está cada vez mais acirrada, e para uma empresa se manter sólida no mercado se torna uma tarefa difícil.

A lucratividade das empresas já não é mais definida com a força bruta de seu serviço prestado, mas sim de uma série de fatores administrativos que interagem entre si, formando uma gestão sólida que irá eficientemente levar o empreendimento a um nível organizacional lucrativo. Um desses fatores é a administração financeira, onde se torna claro a sua missão junto ao corpo administrativo.

Sendo o setor da administração financeira um órgão que está ligado diretamente aos rendimentos e despesas da empresa, logo se torna um setor que merece uma atenção especial, pois não é apenas monitorar as entradas e saídas de recursos, mas sim desenvolver estratégias de lucros e despesas que conduz a empresa à otimização de seus recursos e lucratividade de toda a corporação.

Contudo, um empreendimento só poderá sobressair no mercado, se houver uma integração concreta entre o setor financeiro e os demais setores administrativos, que por sua vez também desempenham um papel importante na empresa.

Sabendo disso, se torna relevante aprimorar e aprofundar o conhecimento na administração financeira da BRASILAC LATICÍNIOS – Indústria e Comércio de Laticínios do Vale do São Lourenço Ltda, situada na Rodovia MT 344, Km 23, Distrito Industrial, Dom Aquino – MT.

## **METODOLOGIA**

Em todo trabalho científico o método assume importância fundamental porque segundo Marconi e Lakatos (2005, p.83) "... o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista".

A escolha do método a ser utilizado na pesquisa deve-se relacionar diretamente com a situação problemática proposta. Os métodos são moldados de acordo com o objetivo do trabalho científico e com os resultados que se busca alcançar com a pesquisa.

As pesquisas científicas não utilizam apenas um método; dependendo de sua abrangência, podem empregar todas as técnicas necessárias para delinear o estudo.

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso que é, de acordo com Gil (1996, p. 58) “... estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”. O estudo de caso é um método de pesquisa e é definido por Young (1960) *apud* Gil (1996):

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. (YOUNG, 1960 *apud* GIL, 1996, p. 59).

Outro conceito para estudo de caso é o de Vergara (2005, p. 49), que diz o seguinte: “... estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”.

Como qualquer método científico, o estudo de caso apresenta vantagens e limitações. Segundo Gil (1996, p. 59) as vantagens do estudo de caso são:

- O estímulo a novas descobertas. Em virtude da flexibilidade do planejamento do estudo de caso, o pesquisador, mantém-se atento a novas descobertas. Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode-se deparar com aspectos importantes para a solução do problema e que antes não eram previstos.
- A ênfase na totalidade. O pesquisador abrange todas as dimensões do problema, focaliza-o como um todo. Não se limita à análise individual.
- A simplicidade dos procedimentos. A coleta e análise de dados são bastante simples, pois utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível que os demais relatórios.

Seguindo as considerações feitas por Gil (1996, p. 60), “o estudo de caso também apresenta limitações, das quais a mais grave é a dificuldade de generalização dos resultados, pois pode ocorrer que a unidade em estudo seja atípica às muitas de sua espécie”.

Este estudo de caso assume predominantemente a natureza qualitativa, para se estudar como a Gestão financeira utilizando o Fluxo de Caixa contribui para obtenção de resultados na Empresa Brasilac Laticínios. O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas descritivas e simples (como percentual, média, desvio-padrão). Para a coleta de dados, será utilizado um aplicada uma entrevista, a gerentes, supervisores e coordenadores, especialmente a quem exerce função financeira.

A metodologia adotada será a pesquisa de estudo de caso, com características qualitativas constituídas com principais artigos que possuem obras relacionadas ao assunto: pesquisa documental, analisando as várias opiniões, que consiste em analisar e identificar a importância do planejamento financeiro para o crescimento da empresa.

Fora feito a pesquisa documental

Tem – se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mais sobre tudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. (SEVERINO, 2010, p. 123)

Eleita a pesquisa de estudo de caso, o instrumento usado será pesquisas feitas através de grandes autores, e entrevistas com o Gerente Financeiro, e para coleta de dados será utilizado questionários.

O estudo caso pesquisado abrange todas as bibliografias tornada a pública em relação ao estudo, livros, jornais, revistas, como também explorar novos conhecimentos onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.” (LAKATOS, 2007, p.66.)

O objeto de estudo dessa pesquisa se baseia em demonstrar a importância do planejamento financeiro para o crescimento e existência da empresa.

Em tempos de grande evolução e inovação no mercado, as empresas encontram grande dificuldade para continuar ativa e com sucesso diante das demais empresas.

O planejamento financeiro é uma ferramenta de suma importância para que a empresa cresça e continue no mercado, pois muitos empreendedores querem ter seu próprio negócio, porém não tem conhecimento de como administrar

uma empresa e quais as ferramentas que devem ser utilizadas no processo administrativo.

O processo de planejamento financeiro oferece roteiros para se atingir os objetivos da empresa. Além de oferecer uma estrutura para coordenar as diversas atividades e atua como um mecanismo de controle estabelecendo um padrão de desempenho contra a qual é possível avaliar os eventos reais e buscar antecipar a visualização dos possíveis resultados da organização.

O fluxo de caixa é um dos meios para que se possa perceber a situação do caixa da empresa.

## **ADMINISTRAÇÃO MODERNA CONTEMPORÂNEA**

A administração moderna surgiu no início do século, por dois engenheiros os pioneiros da administração que publicaram suas experiências, um era Frederick Winslow Taylor que veio com a escola da Administração Científica com a preocupação de aumentar a eficiência na indústria por meio de racionalização de funcionários, e Henry Fayol um francês que veio desenvolver a chamada Escola Clássica da Administração, com intuito de aumentar a eficiência por meios da aplicação dos princípios gerais da administração.

A administração moderna veio com o intuito de fazer um diferencial dentro da empresa moderna, pois a administração não existiria sem os conhecimentos adquiridos através dos anos, através dela podemos chegar ao alto índice de conhecimento para alcançar um elevado nível de produção.

À neste universo que se encontram as Cooperativas, como organizações de produção de bens e serviços que precisam ser administradas, talvez não com total modelo inspirado somente no empresarial, mas, um misto em que o empresarial seja um dos pilares e o outro seja o social, cumprindo assim com os princípios cooperativos.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

Talvez seja o setor mais delicado da empresa, depois da gestão de pessoas, porém se liderar pessoas é complexo, imagine-se gerenciar a parte financeira da empresa, uma vez que o dinheiro é “sangue” da empresa. Então administrar finanças é aplicar conhecimentos ou princípios para maximizar a riqueza e isto

significa obter lucros, mas é lógico, não é só através do financeiros que se gera lucros.

Para Gitmam (2005):

[...] finanças como a arte e a ciência da gestão do dinheiro. Praticamente todos os indivíduos e organizações recebem ou levantam, gastam ou investem dinheiro. A área de finanças preocupa-se com os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos associados. A transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais (GITMAM, 2005).

Também, conforme Gitmam (2005):

Consequentemente, pessoas de todas as áreas de responsabilidade dentro de uma empresa são forçadas a interagir com o pessoal de finanças e os procedimentos da área financeira para executar suas tarefas. Para que o pessoal da área de finanças possa fazer previsões úteis e tomar decisões, deve estar disposto e ser capaz de se comunicar com pessoas de outras áreas (GITMAM, 2005).

Gitmam (2002), define a administração como:

Administração financeira, enquanto função da Administração consiste em oferecer uma visão dos fluxos de caixa operacionais, de investimento e financiamento da empresa e conciliar tais fluxos com as variações dos saldos de caixa e aplicações em títulos negociáveis nesse período. (GUITMAN, 2002, p.40).

A Administração Financeira é o recurso, a área utilizada pela diretoria para se manter informada da vida econômica da empresa. Através dela os sócios e diretores tem conhecimentos dos recursos de curto, médio e longo prazo que a empresa pode utilizar para liquidar seus compromissos e com isso se firmar, cada vez mais, como uma empresa lucrativa neste competitivo mercado de trabalho.

Para Groppelli (2005, p. 03), "dentro da área da administração financeira, as finanças são a aplicação de uma série de princípios econômicos e financeiros para maximizar a riqueza ou o valor total de um negócio".

#### *Função da administração financeira*

Com os constantes avanços tecnológicos que o mundo moderno nos proporciona, é comum que as empresas invistam cada vez mais neste recurso. "Nos últimos anos, as mudanças no ambiente econômico e regulatório elevaram a importância e a complexidade das responsabilidades do administrador financeiro" (GITMAN, 2002 p. 04).

Outra importante tendência a ser levado em consideração é a globalização das atividades empresariais. Hoje, o crescimento empresarial do Brasil é reconhecido e muito considerado diante do mundo e, com isso cada vez mais cresce a necessidade de aperfeiçoamento e investimento nesta área.

Segundo Gitman (2005):

O porte e a relevância da função de administração financeira dependem do tamanho da empresa. Nas pequenas empresas, a função financeira geralmente é desempenhada pelo departamento de contabilidade. À medida que a empresa cresce, essa função se transforma num departamento separado e ligado diretamente ao presidente da empresa, com a supervisão do diretor financeiro (GITMAN, 2005).

Pode-se, então, dizer que a principal função da administração financeira é servir de suporte à diretoria, para que esta invista com segurança as finanças da empresa, uma vez que a função do gestor sempre é trabalhar para que a vida financeira da empresa não sofra flutuações inconvenientes. Os administradores desenvolvem uma variedade de tarefas, tais como: orçamento, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimentos e captação de fundos.

À muito comum ver-se nos altos escalões das esferas dos governos, federal, estadual e municipal, administradores financeiros. Eles de certa forma levam suas experiências como administradores para o desempenho de suas funções.

Logo, se pode concluir que a função do administrador financeiro dentro de uma empresa é vital. Em última instância é esse profissional que vai “gerir” toda a vida econômica de uma empresa. À dele a responsabilidade para que a empresa se mantenha em dias com os seus compromissos financeiros e possa ter sempre uma economia estabilizada. Podemos dizer que uma empresa bem orientada financeiramente é uma empresa dada ao sucesso.

### **Preocupações da administração financeira**

Conforme Tozzini (2005, p. 05) “...a administração financeira estará preocupada então com dois aspectos distintos”.

a) Gerencia dos recursos – normalmente a responsabilidade é da tesouraria e tem como evidência as contas a pagar, contas a receber e sua solidificação no fluxo do caixa. “Sua atuação em grande parte, está muito mais no

curto prazo, devido ao dinamismo do mercado financeiro, as flutuações das taxas de juros, a montagem de estratégias de curto prazo. De tal modo que a visão é financeira”.

b) Gerencia das Informações - normalmente a responsabilidade é da Controladoria, tem como objetivo levantar elementos e analisar as informações, como a de curto prazo e longo, tendo como responsabilidade a elaboração do orçamento anual da empresa, conhecido como (BudgetFinance). “Foca sua visão mais para longo prazo, pois os acionistas estão sempre preocupados com o futuro de seu negócio e evidentemente se o retorno continuará sendo compensador. De tal forma que a visão é econômica”.

Segundo Braga (1989):

Nas empresas de pequeno e médio porte, as atividades relacionadas com a função financeira geralmente ficam sob a responsabilidade de um dos sócios. Não é raro essa pessoa acumular outras funções e relegar a área financeira a um segundo plano, preocupando-se basicamente com a administração das possibilidades. Nas grandes organizações, a função financeira situa-se entre as mais relevantes e costuma ser desempenhada por três executivos de alto nível: o Vice-Presidente de finanças, o Diretor Tesoureiro e o Diretor de Controle. Tais cargos poderão ter outras denominações: Diretor Financeiro e Gerentes Gerais ou Diretores Adjuntos de Finanças e Controladoria (BRAGA, 1989, p.35-36).

### **Objetivos da administração financeira**

Para Sanvicente (1987):

O objetivo principal implícito nas resoluções da administração financeira é o maior rendimento possível sobre a aplicação realizada por pessoas ou instituições caracterizadas como proprietário, acionistas ordinários, no caso de uma sociedade anônima. (SANVICENTE 1987).

Contudo é feita uma observação: o rendimento máximo, desde que não seja afetada a liquidez da empresa.

Segundo Braga (1989)

O objetivo principal de cada empresa é aumentar a riqueza de seus proprietários, essa riqueza representa o valor da empresa no mercado, ou seja, pelo valor que seria atingido na venda dos direitos de participação no seu capital social. (BRAGA 1989).

Com esse objetivo, não importa se a empresa é sociedade por ações, sociedade por quotas ou uma firma individual. Para cada empresa, os bons

resultados financeiros aumentarão o valor de mercado do capital próprio do dono, e os resultados ruins diminuirão.

Relata Gitman (2000):

Algumas pessoas acreditam que o objetivo dos proprietários é sempre a maximização do lucro. Para atingir o objetivo de maximização do lucro, o administrador financeiro toma apenas aquelas providências que se espera irão dar maior contribuição para a lucratividade total da empresa. (GITMAN, 2000, p. 16).

### **Administração do capital de giro**

Segundo Souza, et.al, o capital de giro na gestão financeira das empresas é de fundamental importância, haja vista estar relacionado diretamente com o ciclo operacional e com o giro dos negócios.

A administração do capital de giro é muito útil para uma empresa que possui um, ou vários recursos que giram em um determinado período de tempo, onde é prudente a monitoração e controle destes montantes monetários, uma vez que a ineficiência neste local é de veraz um prejuízo para a empresa.

Souza, et.al diz que, a administração do capital de giro abrange as contas dos ativos e dos passivos circulantes. Uma empresa precisa manter um nível satisfatório de capital de giro. Os ativos circulantes devem ser suficientemente consideráveis de modo a cobrir seus passivos circulantes, garantindo-se, com isso, uma margem razoável de segurança.

Segundo Oliveira (2009):

No caso de empresas de varejo, em que o ativo circulante responde pela maior parte dos investimentos realizados, e nas empresas de varejo eletrônico, em que o ativo circulante chega a 80% do ativo total devido a menor necessidade de investimento em ativo fixo comparado com o varejo tradicional, a administração de capital de giro exerce papel fundamental na criação de recursos e na majoração do retorno aos acionistas. (OLIVEIRA, 2009).

Ainda conforme Oliveira (2008):

A gestão do capital de giro é extremamente dinâmica exigindo a atenção diária dos executivos financeiros, pois qualquer falha nesta área de atuação poderá comprometer a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, saldar as dívidas e prejudicar a sua rentabilidade (OLIVEIRA, 2008).



Com isso, uma administração eficiente e eficaz na área de capital de giro, torna-se indispensável em qualquer empreendimento de hoje, sendo assim uma função importantíssima do administrador no quadro funcional da empresa.

### **Administração de disponibilidades**

As disponibilidades resultantes do fluxo de caixa devem ser administradas conscientemente pelo administrador, de forma a impelir a empresa ao lucro seguro e liquidez eficiente dos défcits da receita.

Para Andrade; Cardoso (2012):

A eficácia do controle de caixa ou das disponibilidades coopera de maneira satisfatória para elevar ao máximo o lucro das empresas. Quando a tesouraria recebe ou paga as suas contas, as decisões que geram os fluxos financeiros já foram tomadas por outras áreas e nada ou pouco restará ao tesoureiro para que possa incutir sobre esses fluxos de caixa (ANDRADE CARDOSO, 2010).

A administração de disponibilidade, segundo Sanvicente (1997), “bem administrado, significará uma boa intervenção no ponto nevrálgico da função financeira, pois refere-se ao recurso que essa área preocupa-se em obter e administrar para o adequado funcionamento da empresa como um todo”. (SANVICENTE, 1997).

Segundo Rios (2011):

Desta forma, compete ao gestor financeiro uma boa gestão das disponibilidades da empresa para que não prejudique a sua capacidade de solvência. A empresa deve ter caixa suficiente para obter descontos comerciais; manter sua classificação de crédito; e atender a necessidade de caixa inesperada. (RIOS, 2011).

### **Conceituação do fluxo do caixa**

O conceito de fluxo de caixa, ainda é uma incógnita no meio da administração, sendo assim tratado de formas diferentes entre os pesquisadores e administradores de empresas e instituições de ensino. Mas, mesmo não havendo um conceito formado deste instrumento, é possível ter uma síntese bem concretizada do principal foco do fluxo de caixa.

Para Carneiro (2011):

O fluxo de caixa é um poderoso instrumento de planejamento financeiro, que estabelece projeções através de informações detalhadas sobre as entradas e saídas de recursos, trazendo um auxílio pertinente às necessidades financeiras de curto e longo prazo, demonstrando com antecedência a real situação financeira da empresa e facilitando o controle dos custos e despesas de um determinado período. (CARNEIRO, 2011).

Para um administrador obter um entendimento adequado da situação financeira da empresa, e também promover um lucro, é preciso que haja uma integração de todo o aparato administrativo do empreendimento com a ferramenta de fluxo de caixa, desta forma, o fluxo de caixa é na verdade um conjunto de informações que se completam com os objetivos da diretoria, trazendo assim estimativas e previsões que serão úteis nas estratégias de mercado.

Segundo Pivetta (2005), diz que:

O fluxo de caixa é uma demonstração dinâmica, que oferece ao gerente financeiro uma bagagem de informações que o ajudará na tomada de decisões. Representa a previsão, o controle e o registro de entradas e saídas financeiras durante um determinado período, contendo informações sobre a vida financeira da empresa. Através dele, obtêm-se as informações sobre o estado de liquidez da empresa; como utilizar seus recursos por um determinado período; se há capacidade da empresa aplicar recursos e/ou se há necessidade de buscar um empréstimo. (PIVETTA, 2005).

### **Demonstração do fluxo de caixa**

Para que uma empresa possa obter êxitos em financiamentos ou empréstimos, ou mesmo transmitir segurança para investidores, é importante a demonstração do fluxo de caixa. Porém uma administração que possui falhas no setor de fluxo de caixa e deficiências poderá, além de trazer prejuízos, levar a empresa a um estado de depreciação em proporções exponenciais.

“As informações históricas do fluxo de caixa são extremamente importantes para o planejamento futuro de qualquer empresa, onde através de projeções, é possível construir cenários e se antecipar na execução das ações”. (COSTA, 2011).

Para Carneiro (2011):

No Brasil, o uso dessa Demonstração não é obrigatório, mas após a emissão da Lei nº 6404/76, em 1999, todas as Sociedades por Ações com Patrimônio Líquido igual ou maior de 20.000 ORTNs passaram a ser obrigadas a publicar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), o que reforçava a possibilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) vir a ser obrigatória no Brasil (CARNEIRO, 2011).

Para os administradores, esta informação do fluxo de caixa não é desperdiçada, principalmente para com os acionistas, pois é uma das formas de ter certeza da situação financeira da empresa, no presente e também no futuro. Por meio da riqueza de detalhes que podem ser gerados na demonstração de fluxo de caixa, é possível o administrador projetar cenários propícios a investimentos, ou empréstimos, além de se proteger de possíveis crises eminentes.

Segundo Gitman (2005):

A demonstração de fluxos de caixa resume os movimentos de entrada e saída de caixa durante o período considerado. Ela oferece uma visão dos fluxos de caixa operacionais, de investimento e financiamento da empresa e concilia tais fluxos com as variações dos saldos de caixa e aplicações em títulos negociáveis nesse período. (GITMAN, 2005).

### **Instrumentos utilizados no processo de gestão financeira**

A área de gestão financeira abrange muitos aspectos, e dispõe de diversos artifícios para a administração gerir o setor financeiro das empresas. Os principais instrumentos utilizados são basicamente o fluxo de caixa, e a demonstração de resultados, ambos são de fundamental importância para o administrador.

Segundo Ross (2002):

Grande parte das informações que obtemos provem de demonstrações financeiras, e boa parte do trabalho de análise financeira consiste em extrair informação sob a forma de fluxo de caixa das demonstrações financeiras disponíveis. (ROSS, 2002, p. 27).

O fluxo de caixa é um instrumento eficaz para empresa que pretende ter um controle de saídas e entradas de recursos financeiros. É uma ferramenta de análise financeira em curto prazo, e hoje com a grande competitividade no mercado, as empresas não podem abrir mão de uma ferramenta como esta. É muito importante que uma empresa possa ter consciência da importância do fluxo de caixa a sua disposição.

Conforme Gitman (1997), apud de Campos Filho:

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quanto se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie. (GITMAN, 1997, p.586).

Além da ferramenta fluxo de caixa, os administradores também têm à sua disposição os demonstrativos financeiros. Para GITMAN (2002, p. 13) “o

administrador financeiro analisa os demonstrativos contábeis, desenvolve dados adicionais e toma decisões”.

### **Tomada de decisão**

Para que administrador possa tomar suas decisões com segurança, e em benefício a empresa, se faz muito importante a análise dos dados financeiros adquiridos por meio das ferramentas administrativas financeiras.

Segundo GITMAN (2002, p. 13), “baseado em suas avaliações acerca dos riscos e retornos inerentes. O administrador financeiro utiliza esses dados, na forma como se apresenta ou após realizar alguns ajustes, e os toma como importante insumo ao processo de tomada de decisão”.

Basicamente existem dois tipos de decisões:

a) Decisões de Investimento – nessa o administrador financeiro determina a combinação e o tipo de ativos constantes do balanço patrimonial da empresa. De acordo Gitman (2002):

Essa atividade diz respeito ao lado esquerdo do balanço. A combinação refere-se ao montante de recursos aplicados em ativos circulantes e em ativos permanentes. Estabelecidas essas proporções, o administrador financeiro deve fixar e tentar manter certos níveis ótimos para cada tipo de ativo circulante. Deve também decidir quais são os melhores ativos permanentes e adquirir, e saber quando os ativos existentes precisam ser modificados, substituídos ou liquidados. Essas decisões são importantes porque afetam o sucesso da empresa na consecução de seus objetivos. (GITMAN, 2002, , p. 14);

b) Decisões de Financiamento – ainda segundo esse autor, essa atividade de investimento relaciona-se com o lado direito patrimonial e envolve duas áreas principais. Primeiro, a combinação mais apropriada entre financiamentos a curto e a longo prazo deve ser estabelecida. Uma segunda preocupação, igualmente importante, é que fontes individuais de financiamento, a curto e longo prazos, são as melhores, em um dado instante. Muitas dessas decisões são ditadas pela necessidade, mas algumas requerem uma análise aprofundada das alternativas de financiamento disponíveis, de seus custos e suas implicações a longo prazo.

Novamente, é o efeito dessas decisões na realização dos objetivos da empresa que realmente importa.

### **ANÁLISE DOS DADOS**

Após a coleta dos dados, é necessário analisá-los. Esta análise é de suma importância porque proporciona resposta às investigações desse estudo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 169) análise dos dados “... é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

Ainda para Gil (1996, p. 123):

[...] para o estudo de caso não se pode falar em etapas que devem ser observadas no processo de análise e interpretação dos dados. Isto tende a provocar duas situações distintas, mas igualmente desfavoráveis para a pesquisa. A primeira consiste em finalizar a pesquisa com a simples apresentação dos dados coletados. A Segunda consiste em partir dos dados diretamente para a interpretação, ou seja, a procura dos mais amplos significados que os dados possam ter (GIL, 1996, p.123).

O presente trabalho científico, sendo um estudo de caso, pode passar à pesquisadora uma ilusão quanto à certeza das suas conclusões, portanto Gil (1996, p. 123) ressalta que “... para evitar esses problemas, convém que o pesquisador defina antecipadamente o seu plano de análise. Este plano deve considerar as limitações dos dados obtidos, sobretudo referente à qualidade da amostra”.

A análise dos dados permitiu responder às indagações do estudo e estabeleceu as relações necessárias entre os dados e as hipóteses. A partir das respostas, as hipóteses foram comprovadas ou negadas.

### **Análise dos resultados**

No decorrer do mês de setembro foi feita a entrevista com os principais envolvidos na gestão financeira da empresa estudada. Saliente-se de que não é muito fácil chegar numa empresa e falar da parte financeira. Portanto todos os assuntos abordados aqui, são representativos e omitem-se valores e modelos, uma vez que a empresa não permite que essas informações sejam fornecidas, nem mesmo simulações que por ventura transparecer valores da empresa. A entrevista apenas levantou informações sobre a importância do Fluxo de Caixa como instrumento de planejamento financeiro.

Então as entrevistas tiveram como foco central a utilidade do Fluxo de Caixa para a Brasilac no seu processo de gestão financeira que segundo os

entrevistados na empresa Brasilac o controle do Fluxo de Caixa normalmente É subordinado ao Diretor Executivo, Diretor Financeiro, ao Gerente Financeiro e ao Contador, porque são estas pessoas que estão envolvidas diretamente nos processos decisórios, sejam eles de rotina administrativa e sustentabilidade ou de investimento como afirma Sanvicente.

Ao se perguntar quais instrumentos são utilizados para a tomada de decisão, prontamente todos afirmam que é o Fluxo de Caixa em primeiro lugar, para depois, vir outros instrumentos, isto porque se os fluxos de caixa forem otimizados, reduz a necessidade de correr atrás de capital de giro. Além disso, o Fluxo de caixa é o instrumento que permite ao administrador financeiro: planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos financeiros para um determinado período de tempo e deste modo demonstrando ou fornecendo informações para investimentos, pois as sobras diárias podem ser um alavancador ou protetor de novos investimentos.

Como se vê, para os entrevistados, fica claro que o Fluxo de Caixa é o principal instrumento mais usado para definir a capacidade de investimentos da empresa.

Outra pergunta que foi feita aos entrevistados é: “para verificar se a empresa necessita de recursos financeiros, através da obtenção de financiamento, quais são os instrumentos financeiros utilizados, e a resposta é através do Fluxo de Caixa Diário, porque ele mostra o movimento de entrada e saída de dinheiro na empresa e deste modo o fluxo de caixa mais uma vez já se justifica, isto porque o fluxo de caixa “mede as necessidades futuras de recursos, a capacidade de pagamento pontual dos compromissos assumidos, bem como a disponibilidade para investimentos”.

A pergunta que encerra a entrevista e que foi formulada é se a empresa Brasilac é saber quais são os instrumentos financeiros utilizados para projetar a capacidade de honrar seus compromissos com terceiros, com folha de pagamentos e os demais compromissos. Os entrevistados respondem que é utilizado o Fluxo de caixa porque é um instrumento que permite avaliar o dia a dia da empresa e possibilita que o gestor tomar decisões se caso houver atrasos no recebimentos de títulos, qual o valor das vendas e em que datas deve-se considerar, quando o fluxo acumulado for negativo qual a solução a ser aplicada, enfim o fluxo de caixa é um planejamento do uso do dinheiro na empresa. Segundo os entrevistados o Fluxo de

Caixa deve permanecer em cima da mesa dos gestores para que a todo o momento esteja sendo trabalhado para evitar sobressaltos financeiros, e mesmo assim ainda ocorrem disfunções porque a empresa é muito dinâmica e a todo o momento é preciso correr para atender a uma necessidade emergencial não prevista.

Quanto a periodicidade na empresa Brasilac o Fluxo de Caixa é diário, mas tem um período de projeção de uma semana, que é o mais próximo possível, mas sempre elabora-se para dois a três meses, dependendo das necessidades. E a toda semana ele é revisado e atualizado, trazendo sempre para a semana atual e projetando mais uma semana lá no final.

O Fluxo de Caixa é um instrumento que ajuda na gestão da empresa porque orienta os gastos, bem como os investimentos, e evidentemente, que as decisões tomadas vão impactar no resultado no final do ano. Então entende-se o Fluxo de caixa é só um instrumento de planejamento financeiro, mas é uma ferramenta de planejamento que sistematiza o uso dos recursos financeiros da empresa e que sinaliza sinais de alerta, evitando que hajam desajustes estruturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o Fluxo de Caixa na Brasilac é um instrumento de planejamento financeiro e que se bem administrado, embora acontecem, “corridas” emergenciais no dia a dia em função da rapidez e da dinâmica da empresa, ele é um orientador e ajuda muito no desempenho da empresa como um todo.

Um caso citado, é quanto as vendas, vê-se que através do fluxo de caixa é possível ativar o departamento de vendas para maior incremento quando estas não estão num nível satisfatório, ou em caso de gestão do contas a receber. O fluxo de caixa mostra velocidade deve-se atuar no setor de cobrança e até mesmo o índice de inadimplência, pois na previsão de entradas é possível separar lotes por prazos de recebimento, até 30 dias, 45 dias, 60, 90 dias, mais de 90 dias, e assim por diante.

A ideia é que quanto mais rápido a empresa receba seus valores, menos ela precisa recorrer a bancos e menos encargos ela paga, por consequência possibilidade de aumentar lucros no final do ano. E assim outras situações,

dinheiro sobrando em caixa, por exemplo, o que vai ser feito, que tipo de aplicação que vai render mais e vai ter maior liquidez. Isso o Fluxo de caixa também ajuda.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

CARDOSO, F. P. P. A. **O Fluxo De Caixa Como Ferramenta De Auxilio Ao Administrador Financeiro Para Melhoria Dos Processos Na Organização**. FA7. Fortaleza: 2010.

CARNEIRO, R. B. **O Fluxo De Caixa Como Instrumento De Gerenciamento Financeiro Nas Empresas**. FacUnicamps. Goiânia: 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7 ed. São Paulo: Harpa, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10 ed. São Paulo: GROPELLI, A. A. e EHSAN, Nikbakht. **Administração Financeira**. Tradução Célio Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, R. S. **O impacto da administração do capital de giro na geração de valor: um caso prático no setor de varejo eletrônico**. UFRS-DCA. Porto Alegre: 2009.

OLIVEIRA, U. R. **Administração de capital de giro através da logística empresarial: minimização do ciclo de caixa a partir da gestão do ciclo operacional**. UFLA. Lavras: 2008.

PIVETTA, G. Utilização do fluxo de caixa nas empresas: um modelo para a pequena empresa. Revista eletrônica de contabilidade, curso de ciências contábeis UFSM. Vol1. N° 2.

ROOS, Stephen A. **Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
RIOS, D. G. **Fluxos de caixa nas organizações**. UNIPAM. Patos de Minas: 2011.  
SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

TOZZINI, Fábio. **Fluxo de caixa bem administrado**. São Paulo, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.